

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

JOEDISON SANTOS

**A ECONOMIA CRIATIVA NA PERSPECTIVA DE INOVAÇÃO DAS BIBLIOTECAS
PÚBLICAS DE SÃO LUÍS: desafios e oportunidades**

São Luís
2025

JOEDISON SANTOS

**A ECONOMIA CRIATIVA NA PERSPECTIVA DE INOVAÇÃO DAS BIBLIOTECAS
PÚBLICAS DE SÃO LUÍS: desafios e oportunidades**

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal
do Maranhão para a obtenção do título
de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Ferreira da
Silva

São Luís
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Santos, Joedison.

A Economia Criativa na perspectiva de inovação das
bibliotecas públicas de São Luís : desafios e oportunidades
/ Joedison Santos. - 2025.

69 p.

Orientador(a): Marcio Ferreira da Silva.

Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do
Maranhão, São Luís, 2025.

1. Economia Criativa. 2. Biblioteca Pública.
3. Patrimônio Cultural. 4. Mediação Cultural. I.
Silva, Marcio Ferreira da. II. Título.

JOEDISON SANTOS

**A ECONOMIA CRIATIVA NA PERSPECTIVA DE INOVAÇÃO DAS BIBLIOTECAS
PÚBLICAS DE SÃO LUÍS: desafios e oportunidades**

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal
do Maranhão para obtenção do grau de
Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Marcio Ferreira da Silva (Orientador)

Doutor em Ciência da Informação

Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Isabel Cristina dos Santos Diniz (Examinadora)

Doutora em Multimídia em Educação

Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dra. Márcia Cordeiro Costa (Examinadora)

Doutora em Educação

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria José Aguiar Ribeiro e ao meu pai, Carlos Magno Conceição Ribeiro (*in memoriam*), que me acolheram, me amaram e me incentivaram a estudar mesmo em meio ao caos, e que, como árvores centenárias, me ofereceram suas raízes fortes para que eu pudesse crescer e alcançar novas alturas.

À minha família, por estar presente desde o princípio, ensinando-me a ler e a escrever, me apoiando na minha jornada estudantil e por acreditar em mim, sempre que duvidei de minhas capacidades.

Aos amigos e amigas, pelo apoio, palavras de estímulo e momentos de “macacadas” que deixaram a minha vida mais leve.

À Universidade Federal do Maranhão, por me proporcionar experiências acadêmicas, profissionais e crescimento pessoal.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Márcio Ferreira da Silva, agradeço o apoio, o incentivo e as orientações ao longo de toda a escrita desta monografia.

Às professoras Dra. Isabel Cristina dos Santos Diniz e Dra. Márcia Cordeiro Costa, por aceitarem fazer parte da banca examinadora e por contribuírem para tornar este trabalho melhor, com suas valiosas sugestões.

A todos os docentes do Departamento de Biblioteconomia da UFMA, pela partilha de seus conhecimentos e por nos inspirarem a agir com compromisso, ética e dedicação.

Ao meu coração, que, mesmo cheio de inseguranças, nunca deixou de me encorajar e me apoiar a seguir em frente.

RESUMO

Este estudo tem como foco a economia criativa, que integra a economia do conhecimento e compreende um conjunto de atividades fundamentadas na criatividade, inovação e capital intelectual, incluindo também as manifestações culturais e artísticas. Objetiva analisar as práticas da economia criativa e seu potencial para ampliar as ações das bibliotecas públicas para o desenvolvimento sociocultural de São Luís – MA. Os objetivos específicos foram: caracterizar os fundamentos teóricos e históricos da economia criativa; analisar a atuação da biblioteca pública como agente cultural e promotora do desenvolvimento local; investigar práticas da economia criativa para bibliotecas públicas; e refletir sobre as possibilidades de aplicação dessas práticas no contexto sociocultural de São Luís – MA. Metodologicamente, adotou-se uma pesquisa bibliográfica, de cunho teórico-investigativo, com abordagem qualitativa e natureza exploratória. Foi realizada uma revisão de literatura e leitura sintópica a partir de uma busca composta em bases de dados científicos especializados e interdisciplinares, entre elas: BRAPCI (Base de Dados em Ciência da Informação), SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Oasisbr (Repositório Científico de Acesso Aberto da CAPES). A leitura sintópica, conforme Mortimer Adler, é o nível de leitura que compara e relaciona diversos textos sobre um mesmo tema, criando um diálogo entre diferentes autores e perspectivas. Conclui-se que há potencial transformador das bibliotecas públicas no desenvolvimento sociocultural de São Luís, por meio das práticas de economia criativa, mas é necessário reconhecimento e apoio por meio de políticas públicas eficazes, investimentos em infraestrutura e na capacitação profissional, garantindo que continuem a ser polos de conhecimento, criatividade e inovação social.

Palavras-chave: economia criativa; biblioteca pública; patrimônio cultural; mediação cultural.

ABSTRACT

This study focuses on the creative economy, which integrates the knowledge economy and comprises a set of activities based on creativity, innovation and intellectual capital, including cultural and artistic manifestations. It aims to analyze the practices of creative economy and its potential to expand the actions of public libraries for the sociocultural development of São Luís - MA. The specific objectives were: to characterize the theoretical and historical foundations of the creative economy; to analyze the role of the public library as a cultural agent and promoter of local development; to investigate practices of the creative economy for public libraries; and reflect on the possibilities of application of these practices in the sociocultural context of São Luís - MA. Methodologically, a bibliographical research was adopted, of theoretical-investigative character, with qualitative approach and exploratory nature. A literature review and syntopic reading was performed from a search composed in specialized and interdisciplinary scientific databases, among them: BRAPCI (Database in Information Science), SciELO (Scientific Electronic Library Online) and Oasisbr (Open Access Scientific Repository of CAPES). The syntactic reading, according to Mortimer Adler, is the level of reading, where it compares and relates several texts on the same theme, creating a dialogue between different authors and perspectives. It is concluded that there is transformative potential of public libraries in the sociocultural development of São Luís, through practices of creative economy, but recognition and support are needed through effective public policies, investments in infrastructure and professional training, ensuring that they continue to be poles of knowledge, creativity and social innovation.

Keywords: creative economy; public library; cultural heritage; cultural mediation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	FUNDAMENTOS DA ECONOMIA CRIATIVA: da crítica à produção em massa à valorização da criatividade.....	15
2.1	Economia criativa como vetor de desenvolvimento sociocultural no Brasil.....	27
3	O PAPEL SOCIOCULTURAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA.....	32
3.1	Políticas Públicas e Gestão Cultural nas Bibliotecas Públicas Brasileiras	35
4	INTERSECÇÕES ENTRE ECONOMIA CRIATIVA E BIBLIOTECAS.....	39
5	O CONTEXTO SOCIOCULTURAL DE SÃO LUÍS E CARACTERIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS.....	43
5.1	Território cultural de São Luís: patrimônio mundial, ocupações artísticas e manifestações populares.....	43
5.2	A Biblioteca Pública Benedito Leite.....	52
5.3	A Biblioteca Pública Municipal José Sarney.....	56
	CONCLUSÃO.....	61
	REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

A economia criativa tem se consolidado como estratégia central para o desenvolvimento econômico e cultural no cenário contemporâneo, caracterizado pela valorização da inovação, da produção simbólica e do uso intensivo de tecnologias digitais. No Brasil, a cultura popular tem se reinventado por meio da apropriação criativa das redes sociais e da tecnologia da informação, por artistas e grupos comunitários (Fundação Gregório de Mattos, 2017).

Nesse contexto, as bibliotecas públicas, tradicionalmente concebidas como espaços de acesso à informação, enfrentam o desafio de ressignificar sua atuação. Sua reinvenção como polos de criação, mediação cultural e inovação sociotécnica alinha-se aos princípios da economia criativa, contribuindo para o fortalecimento das identidades locais e a promoção de práticas inclusivas (Lessa; Gomes, 2017).

O interesse por esta temática surgiu durante a disciplina Planejamento em Unidades de Informação, ministrada pelo Prof. Dr. Márcio Ferreira da Silva, quando foi discutida a experiência de uma biblioteca que emprestava guarda-chuvas aos usuários. A partir dessa provocação, investigou-se o conceito de Economia Compartilhada, que conduziu à Economia Criativa como abordagem promissora para o contexto bibliotecário, especialmente em São Luís-MA.

A interseção entre bibliotecas públicas e economia criativa constitui um campo emergente e ainda pouco explorado na literatura acadêmica brasileira, embora reconhecido por instituições como a UNESCO. Essa lacuna (Serra; Fernandez, 2014; UNESCO/UNDP, 2013; Watanabe; Borges; Guilherme, 2024) evidencia a necessidade de investigações que analisem como as bibliotecas podem adotar práticas criativas para promover o desenvolvimento sociocultural local.

Diante disso, a pesquisa propõe como problemática: como as práticas da economia criativa podem contribuir com as ações da biblioteca pública para o desenvolvimento local? No caso de São Luís-MA, com sua rica diversidade cultural, essa questão ganha especial relevância.

O objetivo geral da pesquisa é analisar as práticas da economia criativa e seu potencial para ampliar as ações da biblioteca pública no desenvolvimento sociocultural de São Luís-MA. Os objetivos específicos incluem:

- a) caracterizar os fundamentos teóricos e históricos da economia criativa;
- b) analisar a atuação da biblioteca pública como agente cultural e promotora do desenvolvimento local:

- c) investigar práticas da economia criativa para bibliotecas públicas;
- d) refletir sobre as possibilidades de aplicação dessas práticas no contexto sociocultural de São Luís – MA.

Para tanto, adotou-se uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e natureza exploratória, visando compreender criticamente como práticas da economia criativa podem ser aplicadas em bibliotecas públicas como instrumentos de desenvolvimento sociocultural. A investigação foi guiada pelo método de leitura sintópica¹ (Adler e Van Doren, 1972), integrando diferentes autores e abordagens.

As fontes foram selecionadas por meio de buscas em bases como BRAPCI (Base de Dados em Ciência da Informação), SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Oasisbr (Repositório Científico de Acesso Aberto da CAPES), com uso de operadores booleanos e descritores como “economia criativa”, “biblioteca pública” e “desenvolvimento comunitário”.

O recorte temporal abrangeu publicações de 2014 a 2024, considerando marcos relevantes da economia criativa no Brasil. A triagem das referências, realizada com apoio da ferramenta Rayyan², resultou na seleção de 22 obras centrais para a construção do referencial teórico.

As estratégias de busca envolveram o uso de operadores booleanos e combinações de palavras-chave, conforme descrito no quadro a seguir:

¹ A leitura sintópica, de acordo com Mortimer Adler, é o nível mais avançado de leitura, onde o leitor compara e relaciona vários livros sobre o mesmo assunto para criar um diálogo entre diferentes autores e, potencialmente, gerar novas ideias e insights.

² Rayyan é um software projetado para otimização e colaboração em pesquisas, revisões de literatura e revisões sistemáticas. Esta ferramenta possibilita criar uma revisão, importar referências, realizar triagem das referências, utilizando ferramentas de filtragem e rotulagem para selecionar os artigos relevantes.

Quadro 1 - Resultados de busca composta nas bases de dados

BASES	ESTRATÉGIAS DE BUSCA	RECUPERADOS
BRAPCI e sciELO	"economia criativa" OR "economia cultural"	BRAPCI: 997 sciELO: 757
	"biblioteca pública" AND "função social" OR "desenvolvimento comunitário" OR "cultura" OR "espaços makers"	BRAPCI: 91 sciELO: 21
	"economia criativa" OR "economia cultural" AND "biblioteca pública"	BRAPCI: 0 sciELO: 14
OASIS	"economia criativa" OR "economia cultural"	208

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Observa-se, de acordo com o quadro, que a estratégia de busca composta pelos descritores "economia criativa" OR "economia cultural" AND "biblioteca pública", aplicada na base BRAPCI, não recuperou nenhum resultado.

Esse resultado é revelador, porque evidencia uma lacuna significativa na produção científica indexada nessa base sobre a relação entre bibliotecas públicas e a economia criativa ou cultural. De modo geral, notou-se que estratégias envolvendo o termo "economia criativa" apresentaram uma quantidade reduzida de resultados nas bases consultadas, o que reforça que esta escassez bibliográfica demonstra não apenas limitação de estudos voltados à temática (Serra; Fernandez, 2014; UNESCO/UNDP, 2013; Watanabe; Borges; Guilherme, 2024), mas também a falta de articulação da temática com a Biblioteconomia.

Tal ausência de publicações indica uma oportunidade de aprofundamento e contribuição para o campo da Biblioteconomia, especialmente no que tange à articulação entre instituições culturais e os princípios da economia criativa.

Desse modo, foram excluídos artigos duplicados entre as bases consultadas e trabalhos que, após a leitura do título e do resumo, não abordassem temas

relacionados à economia criativa, mediação cultural ou o papel das bibliotecas e/ou bibliotecários no contexto sociocultural.

Os resultados da busca composta realizada totalizaram 2.088 referências exportadas para seleção e análise. Dentre essas, 249 foram identificadas como duplicatas e, portanto, eliminadas. A partir da aplicação dos critérios de exclusão, 1.787 referências foram descartadas. Foram incluídas 146 referências que atendiam aos critérios de inclusão estabelecidos. Logo, dessas 146 referências, apenas 22 foram consideradas como relevantes e pertinentes à pesquisa e serviram de base para o desenvolvimento da revisão de literatura. Adicionalmente, foram incorporadas ao referencial teórico outras fontes citadas nessas obras, por sua relevância e contribuição ao aprofundamento do tema.

Inicialmente sem delimitação geográfica, a pesquisa passou a focar em São Luís do Maranhão, diante da identificação de lacunas na literatura e do potencial sociocultural das bibliotecas locais. Este trabalho está organizado em cinco seções, que abordam os fundamentos da economia criativa, o papel sociocultural das bibliotecas, as possíveis interseções entre ambos, o contexto ludovicense e, por fim, as considerações finais.

Assim, a pesquisa busca contribuir com subsídios teóricos para fortalecer o papel das bibliotecas públicas como agentes dinâmicos da economia criativa e do desenvolvimento local.

2 FUNDAMENTOS DA ECONOMIA CRIATIVA: da crítica à produção em massa à valorização da criatividade

A economia criativa configura-se como um campo emergente, pois está ainda em consolidação, sobretudo no contexto brasileiro (Serra; Fernandez, 2014; UNESCO/UNDP, 2013; Watanabe; Borges; Guilherme, 2024).

As discussões teóricas e empíricas são relativamente recentes e, frequentemente, dispersas entre áreas como economia da cultura, indústrias criativas, empreendedorismo cultural e políticas culturais.

Essa inomogeneidade conceitual e a ausência de consenso entre os estudiosos dificultam sua delimitação precisa, mas também revelam a riqueza e o dinamismo do tema. No campo da Biblioteconomia, essa interseção é ainda mais incipiente, o que evidencia a relevância e originalidade desta pesquisa. Outrossim, convém destacar que a economia criativa dialoga e se entrelaça com outras áreas, pois, ao longo da história, os próprios conceitos e paradigmas de cultura mudaram.

As primeiras políticas governamentais sobre Economia Criativa ocorreram em 1994 na Austrália. O termo “economia criativa” surgiu no governo do primeiro-ministro Britânico Tony Blair. A Economia Criativa foi experienciada desde 1990 no contexto global, onde apresentava-se como um setor específico, mas passou a ser reconhecido com o conceito de *Creative Nation* em 1994 (Serra; Fernandez, 2014; Watanabe; Borges; Guilherme, 2024).

Por esse fator, é considerada um marco histórico, porque foi consolidado como a primeira política pública estabelecida que fomentou a economia criativa. O termo Economia Criativa se estabeleceu efetivamente em 2001, após aparecer na revista *Business Week* e no livro de John Howkins, "*The creative economy: how people make Money from ideas*" (Almeida; Dias, 2022; Watanabe; Borges; Guilherme, 2024).

Em 2010, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) adotou a economia criativa como um conceito em evolução baseado em ativos criativos que, potencialmente, geram crescimento e desenvolvimento econômico. Atualmente, a economia criativa é vista como um dos setores mais dinâmicos da economia internacional, com potencial para crescimento em países em desenvolvimento, como o Brasil. Por isso, a economia criativa é vista como um recurso onde a criatividade, a aprendizagem, o conhecimento e a

comunicação se destacam como estratégicos meios de produção (Almeida; Dias, 2022; Watanabe; Borges; Guilherme, 2024).

Apesar do campo da economia criativa ter críticas, é alvo de inúmeras publicações otimistas ao redor do mundo, incluindo três relatórios distintos da Unesco (2008, 2010, 2013). O último relatório da Unesco (2013) enfoca recomendações para a construção do desenvolvimento local a partir dos setores criativos (Barbosa; Santos, 2015).

A evolução da economia criativa globalmente, se deu por meio de uma aproximação histórica entre cultura e economia e foi marcada pelo conceito de “indústria cultural” — criado por Adorno e Horkheimer (1944), membros da Escola de Frankfurt³, criticava o processo de mercantilização da cultura — e indústrias criativas. Historicamente, a associação entre cultura e economia nunca foi harmoniosa, embora ambos os conceitos tenham a ver com a produção e distribuição de bens culturais dentro da economia de uma sociedade, é importante esclarecer o contexto de formação dessa junção de cultura com economia, bem como explicar as diferenças entre os dois termos.

Adorno e Horkheimer (1944) argumentam, em “Dialética do esclarecimento”, que industrializar a cultura iria acabar com sua autenticidade e que ela viraria uma mera mercadoria, padronizada, pois na medida em que o conceito de indústria cultural era moldado na perspectiva das indústrias capitalistas (grande escalabilidade e produção em massa), isso geraria perda da essência cultural, padronização dos produtos culturais (sem a originalidade e criatividade) e passividade dos consumidores.

Ou seja, havia uma lógica de produtividade e lucro capitalista, pois, de acordo com Watanabe, Borges e Guilherme (2024), Adorno e Horkheimer viam na indústria cultural uma perda de originalidade ao se submeter às técnicas de reprodução da indústria capitalista. A produção cultural passaria a replicar símbolos e valores associados à ideologia capitalista, limitando a criação e a inovação.

³ Também conhecida como Teoria Crítica, surgiu no início do século XX, em um contexto de mudanças sociais e políticas, formada por um grupo de intelectuais e pensadores que se reuniram no Instituto para a Pesquisa Social, na Universidade de Frankfurt, na Alemanha, nos anos 1920. Eles desenvolveram uma abordagem crítica da sociedade, buscando entender as relações de poder, a cultura de massa e a alienação na sociedade capitalista. A Teoria Crítica se constitui como uma abordagem funcionalista da análise da sociedade.

Para esses autores, a padronização da produção cultural — motivada por lógicas de mercado — resultaria na perda da autenticidade artística e na transformação do público em consumidor passivo. Nesse modelo, a cultura seria submetida à lógica capitalista de reprodução em massa, resultando em homogeneização cultural e alienação das pessoas.

Os principais pontos da crítica à indústria cultural, conforme a perspectiva de Adorno e Horkheimer (1944), são:

- Perda da essência cultural e autenticidade: a obra de arte perde sua verdadeira pretensão de ser uma configuração da verdade, revelando o caráter maligno do social;
- Padronização e homogeneização: os produtos culturais são mecanicamente diferenciados, mas acabam por se revelar sempre a mesma coisa. A falsa identidade do universal e do particular é imposta aos consumidores;
- Passividade dos consumidores: o espectador não precisa de pensamento próprio, o produto prescreve toda reação, e qualquer ligação lógica que exija esforço intelectual é evitada. A imaginação e a espontaneidade são atrofiadas ou paralisadas pelos produtos culturais;
- Lógica de produtividade e lucro capitalista: a demanda não é genuína, mas produzida e manipulada pela indústria, que se identifica com essa necessidade fabricada. A publicidade e a própria indústria cultural se confundem, ambas usando a psicotécnica para manipular as pessoas. O valor de uso da arte é substituído pelo valor de troca, e o prazer é substituído pelo desejo de estar informado e obter prestígio.

A Teoria Crítica, no contexto atual da sociedade, nos convida a refletir a estrutura e os produtos da cultura de massa, majoritariamente no ambiente digital, já que ela influencia e molda nosso lazer e entretenimento, nosso consumo e padrões sociais, ou seja, o risco é de que haja uma homogeneização cultural onde a mídia tem grande papel e influência nesse processo.

De acordo com Machado (2009), Adorno e Horkheimer não aceitavam o termo “cultura de massa”, haja vista que este termo remete a um pensamento de uma cultura natural das massas, o que não é verídico, conforme supracitado. Então, eles formularam o conceito de indústria cultural.

Com efeito, havia o paradigma da chaminé, uma visão tradicional e hierárquica da cultura, onde a “alta cultura” (arte erudita, literatura clássica, ópera, etc.) era vista como superior e mais valiosa que a cultura popular ou outras manifestações artísticas e culturais. Essa atomização dos indivíduos, gerada pela indústria cultural, com seus vários setores, orienta as ações dos indivíduos e opera sob uma lógica comercial e de lucro, pois tudo que é produzido é tratado como mercadoria. Portanto, a partir da imposição de um comportamento conformista, o objetivo final é a reorientação das massas e, conseqüentemente, a substituição da consciência.

Em suma, Adorno e Horkheimer (1944) argumentam que a cultura, ao ser submetida à lógica da indústria e do capital, perde sua autonomia e autenticidade, tornando-se um instrumento de controle e reprodução da ordem existente. A ideia da “liberação”, prometida pelo esclarecimento, se reverte em uma nova forma de sujeição, onde a uniformidade e a padronização impedem a verdadeira emancipação e o pensamento crítico.

Nessa conjuntura, o avanço tecnológico acelerou mudanças profundas na sociedade, criando o que se denomina cultura tecnológica. Isso não se restringe apenas ao simples uso de novos equipamentos, mas implica em transformações na cultura, valores, hábitos e relações da sociedade. A tecnologia elimina barreiras físicas e temporais e isso facilita a comunicação e o acesso à informação, o que potencializa adaptações e reestruturações culturais (Medeiros; Ventura, 2007).

A economia, antes baseada na mão de obra intensiva, cedeu espaço para um segmento moldado na criatividade e troca de conhecimentos, recebendo influência das novas tecnologias de informação e comunicação.

Novos padrões de comportamento surgiram em resposta a esse avanço tecnológico, como por exemplo, o teletrabalho, a valorização da diversidade e a busca por sustentabilidade. Essas mudanças não são apenas superficiais, mas redefinem estruturas sociais e organizacionais, exigindo novas formas de convivência e colaboração.

Na verdade, houve uma expansão do conceito de cultura — passando de um enfoque exclusivamente às artes e contemplando conceitos associados à criatividade e à inovação. Isso se deve ao fato de que as mudanças ocorridas no mundo, comportamentais e tecnológicas, moldaram essas reflexões acerca do campo da cultura e sua relação com o mercado de trabalho. Por isso, a economia

criativa engloba cultura, criatividade e inovação para o desenvolvimento econômico de países do século XXI (Ferreira, 2023).

A cultura, portanto, influencia o desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo em que é moldada por ele. Por exemplo, a inteligência artificial, muito evidenciada nos dias atuais, e outras inovações, refletem questões culturais e sociais, mostrando que tecnologia e cultura se desenvolvem de forma interligada.

Contudo, com o avanço da globalização e das tecnologias da informação, novos paradigmas passaram a ser discutidos. A cultura deixou de ser vista exclusivamente como instrumento de dominação e passou a ser analisada também como campo de resistência, inovação e geração de valor simbólico e econômico.

Embora a crítica da escola de Frankfurt à massificação tenha a sua importância, segundo Ribeiro (1998 *apud* Machado, 2009), a abordagem apresenta limitações referentes aos dias atuais, pois quando se olha para a globalização dentro do sistema capitalista, há de se pensar que ela também permite o surgimento de novas tendências. No contexto da globalização, isso significa que não é apenas o processo de pasteurizar a cultura, mas também de criar novas possibilidades de escolha para os indivíduos.

Então, nessa perspectiva, uma das possíveis consequências da globalização nesse processo é o fortalecimento de identidades nacionais e locais, apesar de que isso também pode levar a possíveis problemáticas como o etnocentrismo⁴, induzindo a comportamento de intolerância, xenofobismo, discriminação ou imposições culturais. Mas uma outra consequência é a produção de novas identidades híbridas, onde as pessoas podem desenvolver identidades mistas de várias culturas, convivendo com suas identidades nacionais e tradicionais (Hall, 2006).

Hall critica a visão de que a globalização leva apenas à homogeneização cultural como muito simplista, exagerado e unilateral. Ele argumenta que a globalização não é um fenômeno de agora e que a modernidade é inerentemente globalizante, com tendências tanto à autonomia nacional quanto à globalização, profundamente enraizadas.

⁴ Termo utilizado nas ciências sociais para designar um comportamento, sujeito ou coletivo que coloca a sua cultura como a referência de “correta” e as demais, inferiores a ela. É quando um grupo social ou étnico, por exemplo, julga, avalia e percebe os outros a partir de seus próprios valores.

O autor enfatiza que a globalização, à medida que dissolve as barreiras da distância, torna o encontro entre culturas imediato e intenso, que conduz a uma pluralização das culturas e identidades nacionais. Isso é importante de ser observado, pois nos ajuda a refletir a economia criativa no contexto sociocultural do nosso país, com suas características totalmente matizadas pela mistura de diferentes culturas, etnias, religiões, línguas e costumes.

Foi através do avanço de uma nova fase do capitalismo do final do século XX que a Cultura e a Economia se aproximaram, devido ao progresso científico e tecnológico. O termo indústria cultural, mal visto pelas críticas, foi sendo ressignificado, relacionando-se às políticas econômicas. A cultura passou a ser vista não só como expressão simbólica, mas também como motor econômico capaz de gerar riqueza, empregos e desenvolvimento social (Ferreira, 2023).

Para Machado 2009, há uma tendência em substituir o termo “indústria cultural” ou “economia criativa”, para “economia da cultura”, a fim de afastar a dimensão negativa e crítica do conceito e se desvincular do paradigma da chaminé e na necessidade de encontrar uma denominação que dê conta de uma série de outras atividades não contempladas pelo conceito, como turismo cultural, festas e tradições, patrimônio tangível e intangível, etc.

Além disso, há também a questão da ressignificação do consumo e diversidade cultural, na medida em que os bens culturais passaram para serviços não apenas com satisfação de necessidades físicas ou instrumentais, mas também como algo que mantém relações sociais e serve como uma ferramenta para constituir identidades e permitir a sociabilidade.

Ou seja, toda essa perspectiva gera uma mudança de foco da teoria da cultura, ampliando para essa esfera do consumo dos meios culturais e implicando o reconhecimento do indivíduo não somente como objeto, mas como o sujeito ativo que participa no processo de integração social.

Esse movimento acompanha a transformação da noção de cultura — antes centrada nas artes e na alta cultura — para uma perspectiva ampliada que abarca práticas sociais, criatividade e modos de vida. Isso abriu espaço para a consolidação do conceito de economia criativa, que ganhou força a partir da década de 1990, incorporando debates sobre inovação, empreendedorismo, diversidade cultural e desenvolvimento sustentável.

Ferreira (2023) indica que a economia da cultura é um conceito mais abrangente que a economia criativa ou indústrias criativas. Enquanto a definição de indústrias criativas, estabelecida pelo governo inglês em 1998, foca em atividades que se originam na criatividade e talentos individuais, com potencial de criação de emprego e renda através da exploração da propriedade intelectual, a economia da cultura vai além destas, na medida em que inclui manifestações culturais mais profundas e abrangentes.

Nesse sentido, há abrangência do conjunto da produção simbólica não comerciais, as criações simbólicas coletivas (as grandes celebrações, por exemplo, Carnaval e São João), as múltiplas formas de trocas simbólicas não subordinadas ao regime vigente da propriedade intelectual ou ainda os meios de fruição cultural. Essa distinção conceitual demonstra esta expansão da noção de cultura, que passou a englobar também um vasto universo simbólico e de práticas sociais.

Portanto, resumidamente, passou-se de uma visão predominantemente crítica, onde a cultura era vista como padronizadora e controladora para um conceito mais guarda-chuva. Nesse sentido, atualmente a economia criativa é como um fulcro, que tenta equilibrar o potencial econômico e o reconhecimento do valor simbólico, através da identidade e diversidade cultural.

Inicialmente, os relatórios de 2008 e 2010 forneceram uma estrutura robusta para identificar e entender o funcionamento da economia criativa como um setor econômico transversal. No entanto, um olhar mais amplo e atual sobre a economia criativa começou a se consolidar, impulsionado, em grande parte, pelo relatório de 2013.

Esse panorama de evolução, no relatório de 2013, é marcado por um olhar da economia criativa cujo entendimento vai além de uma análise puramente econômica, passando a considerar a criatividade e a cultura não apenas por seus benefícios monetários, mas também pelos benefícios não monetários que são instrumentais para o desenvolvimento humano. A percepção mudou de uma abordagem que fornecia apenas uma visão parcial e não abordava questões éticas e políticas, para uma visão mais holística, conforme o quadro 2:

Quadro 2 - Síntese do Relatório da UNESCO (2013 – Edição Especial)

Elemento-Chave	Síntese
• Foco Principal	Criatividade como conceito humanístico e vivido, voltado à ampliação do desenvolvimento local.
• Natureza dos Benefícios	Reconhece benefícios não monetários da criatividade, importantes para o desenvolvimento humano.
• Perspectiva	Visão holística sobre a criatividade e a cultura como elementos que atravessam diversas indústrias e atividades.
• Relação com o Desenvolvimento Humano	Vai além do PIB, priorizando a liberdade de escolha e o valor da vida plena e significativa
• Nível de Atuação	Foco no nível local, com destaque para múltiplas trajetórias culturais.
• Abordagem para desafios	Considera a cultura essencial para o sucesso do desenvolvimento, evitando falhas por desconsideração do contexto cultural.
• Inclusão social	Apesar do potencial atrativo para jovens, o relatório mostra pouca inserção juvenil em decisões, especialmente em contextos populares.
• Sustentabilidade	Integração entre objetivos sociais, ambientais e econômicos, embora haja barreiras práticas nos territórios populares.

Fonte: elaborado pelo autor, com base em UNESCO (2013)

Os argumentos da UNESCO, defendendo a economia criativa como vetor do desenvolvimento, serviram de base para a escolha da Secretaria de Economia Criativa (SEC) no Brasil em destacar a construção do desenvolvimento local em suas ações (Barbosa; Santos, 2015).

Nesse panorama, a economia criativa compreende o setor econômico cuja produção requer a aplicação essencial da criatividade e cujo valor é demarcado pelo conteúdo simbólico e imaterial (Barbosa; Santos, 2015).

Ainda assim, não há uma definição única para o conceito. A economia criativa é um conceito em evolução que se baseia na interação entre criatividade e ideias humanas, propriedade intelectual, conhecimento e tecnologia. Essencialmente, são as atividades econômicas baseadas no conhecimento que fundamentam as indústrias criativas (Barbosa; Santos, 2015).

Nesse sentido, Ferreira (2023), por exemplo, afirma que:

A economia criativa ou economia da cultura, assim costuma ser chamada a economia que se constitui a partir de processos criativos e em torno de bens e processos culturais e, com muita frequência, calcada em bens culturais imateriais.

Ou seja, há a distinção entre economia da cultura e indústrias criativas e é um ponto conceitual importante, porque embora economia da cultura englobe o conjunto mais restrito de atividades das chamadas indústrias criativas e a economia a elas associada, também incorpora muitas outras áreas da dimensão simbólica deixadas de lado ou ignoradas na formulação conceitual da indústria e economia criativas, pelo governo britânico.

No Brasil e em muitos países latino-americanos, grande parte da economia da cultura não é considerada atividade industrial e não está submetida ao regramento da propriedade intelectual, mas ainda assim gera ocupação, emprego e renda, sendo fatos econômicos relevantes de outra natureza, explica Ferreira (2023).

A produção na economia criativa depende fundamentalmente da criatividade, e o valor é determinado pelo seu conteúdo simbólico e imaterial. De acordo com Lima (2024), a economia criativa se refere a atividades que transformam ideias em bens e serviços culturais e criativos. Isso significa que as pessoas usam sua criatividade para criar coisas como arte, música, filmes, histórias, conhecimento e até novas tecnologias.

Em síntese, a economia criativa consiste em usar a criatividade para criar produtos e serviços que geram valor. Diferentes organizações destacam vários aspectos dessa economia, como a importância de proteger os direitos dos criadores e o potencial de crescimento sustentável.

Ao entender esses conceitos, podemos enxergar como a criatividade desempenha um papel vital em nossa sociedade e economia. A economia criativa oferece um caminho viável para o desenvolvimento sustentável, na medida em que

pode ajudar a melhorar a forma como as pessoas vivem, como se ganha dinheiro e como as culturas se expressam.

Nessa conjuntura, por exemplo, um festival local pode reunir pessoas, impulsionar negócios locais e celebrar a herança cultural. Isso não só criará um senso de comunidade, mas também apoia a economia local. Para isso, é necessário que gestores públicos e pessoas interessadas trabalhem juntos. Isso significa que líderes governamentais, empresários, artistas e membros da comunidade devem colaborar, pois isso irá definir maneiras de liberar todo o potencial da economia criativa.

Nesse contexto, a UNESCO (2013) corrobora essa visão ao argumentar que a economia criativa pode ser um motor significativo para o desenvolvimento, destacando suas contribuições para a erradicação da pobreza, a redução de desigualdades, a promoção do desenvolvimento sustentável, a inclusão social da juventude e o acesso às novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Para uma melhor compreensão desse setor, dinâmico e em expansão, e então, para formular políticas públicas eficazes, é mister que se entenda como ele é classificado por diferentes instituições.

Existem diferentes classificações dos setores criativos, cada uma com suas peculiaridades, objetivos e áreas de foco. Há abordagens de diferentes instituições e marcos regulatórios, como a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o Observatório Itaú Cultural, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento).

Cada uma dessas classificações é desenvolvida com um propósito distinto:

- A FIRJAN enfoca a economia criativa como um setor vital para o desenvolvimento econômico, destacando seu potencial de geração de renda e empregos e a intersecção entre artes, cultura, negócios e tecnologia;
- A UNESCO ressalta a economia criativa como um vetor para o desenvolvimento sustentável, enfatizando a importância da diversidade cultural e da criatividade, classificando cidades criativas em sete categorias: Artesanato e Artes Populares, Design, Cinema, Gastronomia, Literatura, Música e Artes Digitais;

- O Observatório Itaú Cultural se concentra na promoção e no mapeamento da economia criativa no Brasil, com foco na relevância da cultura e das artes para o desenvolvimento econômico e social;
- O IBGE fornece uma base estatística para a economia criativa, oferecendo dados e análises sobre diferentes setores no Brasil;
- A UNCTAD considera as atividades que envolvem a criação, produção e distribuição de bens e serviços que utilizam criatividade e capital intelectual como insumos primários (Lima, 2024).

Para esta pesquisa, será utilizada a classificação mais recente apresentada na discussão para a aprovação do novo Plano de Economia Criativa⁵ no Senado Federal em 2024.

Esta proposta prevê uma versão atualizada dos setores criativos classificados em macrocategorias e suas respectivas atividades associadas. Logo, este foco na classificação de 2024 é relevante por se tratar de uma proposta atualizada que reflete a maturação e a adaptação do setor às novas realidades do mercado global, incluindo a economia digital.

De acordo com Lima (2024), no cenário brasileiro, um dos marcos mais recentes e abrangentes para a compreensão dos setores da economia criativa refere-se à proposta de um novo Plano de Economia Criativa, que foi objeto de discussão no Senado Federal em 2024.

Trata-se de um plano que propõe uma versão atualizada dos setores criativos, classificados em macrocategorias e suas respectivas atividades associadas. A macrocategoria de "Livro, leitura e demais publicações" é particularmente relevante, pois lista explicitamente as "Bibliotecas (incluindo as virtuais)" como uma de suas atividades associadas.

Essa inclusão não é um fato isolado, mas uma continuidade de um reconhecimento anterior, já presente no Plano da Secretaria de Economia Criativa de 2011-2014, em que as "Bibliotecas (incluindo virtuais)" também figuravam como "Atividades Associadas" na macrocategoria "Livros e periódicos".

A persistência dessa classificação na proposta de 2024 reforça o entendimento de que as bibliotecas são elementos vitais para o desenvolvimento e a disseminação do conhecimento e da cultura dentro da economia criativa brasileira.

⁵ https://www.senado.gov.br/comissoes/CE/AP/Ap20120611_ClaudiaSousa.pdf

A classificação está apresentada no quadro 3:

Quadro 3 - Setores criativos classificados em macrocategorias e suas atividades associadas.

Setores Criativos	
Macrocategorias	Atividades associadas
• Patrimônio natural e cultural - material e imaterial	• Museus • Sítios históricos e arqueológicos • Paisagens culturais • Patrimônio natural • Festas e celebrações • Culturas tradicionais populares • Culturas Afro-brasileiras • Culturas indígenas • Artesanato • Gastronomia
• Artes e Espetáculos	• Teatro • Dança • Circo • Música • Ópera • Humor • Festa e festivais • Feiras
• Artes visuais	• Pintura • Escultura • Fotografia • Infogravuras • Xilografia etc.
• Livro, leitura e demais publicações	• Livros • Jornais e revistas • Cordéis • Outros materiais impressos • Fanzines e mangás • Bibliotecas (inclusive as virtuais) • Feiras do livro
• Audiovisual e mídias interativas	• Cinema e video • Tv e rádio • Animação • Jogos eletrônicos • Conteúdos digitais criativos (internet)

Setores Criativos	
• Design e serviços criativos	• Design de moda • Design gráfico • Design de interiores • Design de brinquedos • Design paisagístico • Arquitetura • Publicidade

Fonte: Secretaria da Economia Criativa (2024)

Observa-se que a inclusão das bibliotecas na classificação mais recente dos setores criativos, como previsto na discussão para a aprovação do novo Plano de Economia Criativa⁶ no Senado Federal é de extrema importância e isso reflete um reconhecimento fundamental do seu papel na sociedade contemporânea.

Não se trata de uma novidade absoluta, visto que o Plano da Secretaria de Economia Criativa de 2011-2014 já listava as bibliotecas (incluindo virtuais) como "Atividades Associadas" aos Setores Criativos Nucleares na categoria "Livros e periódicos". No entanto, a reiteração e atualização dessa inclusão em um novo plano reforça a visão de que as bibliotecas são mais do que meros depósitos de livros (Lima, 2024).

Por isso, a inclusão das bibliotecas nos planos de economia criativa não é apenas uma formalidade, mas um reconhecimento estratégico do seu potencial transformador. Bibliotecas são ambientes que nutrem a criatividade, impulsionam a inovação, promovem a inclusão e geram valor econômico e cultural, sendo fundamentais para o desenvolvimento local e a construção de sociedades mais ricas, desenvolvidas e diversas.

2.1 Economia criativa como vetor de desenvolvimento sociocultural no Brasil

A Unesco, em parceria com o UNDP, argumenta no Relatório Especial da Economia Criativa (2013) que esta pode funcionar como um motor para o desenvolvimento, justificando a ênfase dada pela Secretaria de Economia Criativa do Brasil. O documento destaca quatro eixos principais de contribuição: (a) erradicação da pobreza e redução das desigualdades; (b) promoção do

⁶<https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>

desenvolvimento sustentável; (c) inclusão social da juventude; e (d) acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Resultado de uma colaboração internacional, o relatório analisa trajetórias locais nas quais a economia criativa é impulsionada ativamente, evidenciando seu valor não apenas econômico, mas também simbólico e social.

O conceito de território, usado conforme Milton Santos (2006), ultrapassa a noção de geografia física, sendo compreendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações, ou seja, o lugar onde a vida acontece. Nessa perspectiva, a economia criativa pode ser compreendida como um meio de enriquecer essa vida, tornando-a mais inclusiva e sustentável.

É com base nesse entendimento que Closs e Oliveira (2017) propõem o conceito de “território criativo” como alternativa aos modelos de “cidade criativa” e “polo criativo”, por considerarem que estes últimos negligenciam as especificidades socioculturais locais. O território criativo, ao contrário, valoriza as tramas sociais e culturais envolvidas no desenvolvimento local.

O território criativo engloba não só aspectos econômicos, mas toda uma teia de relações sociais e culturais. Por exemplo, o Pelourinho, em Salvador, é um local de significativo impacto econômico devido à sua capacidade de atrair turistas através de suas ofertas culturais, religiosas e gastronômicas, além da geração de trabalho e renda, posicionando a cultura como um vetor de desenvolvimento econômico, socialmente justo e sustentável por meio de suas atividades criativas (Fundação Gregório de Mattos, 2017, p. 13), mas mantendo suas características culturais únicas.

Uma expressão concreta desse território criativo são os bordados presentes nas indumentárias do bumba meu boi em São Luís. Segundo reportagem de Giovanni Spinucci (G1 Maranhão, 2014), artesãos se dedicam, com antecedência, à produção manual dessas peças, como os “couros”⁷ dos bois, que exigem habilidades específicas e alto investimento de tempo e recursos. O ateliê da artesã Tânia Soares, por exemplo, já produziu mais de 20 bois, utilizando até 5 kg de miçangas por peça. Além da dimensão econômica, esse trabalho evidencia aspectos

⁷ O “couro” do boi no Bumba Meu Boi de São Luís é o revestimento que cobre a estrutura que envolve o brincante, chamado de “miolo” do boi. O boi é o elemento mais importante, tendo seu couro, cuidadosamente decorado com bordados e cores vibrantes que representam a identidade e a história do grupo.

simbólicos e sociais, como a transmissão de saberes e o reconhecimento internacional das criações

Assim, os bordados do bumba meu boi exemplificam perfeitamente como a cultura, a sociedade e a economia se entrelaçam para tornar a vida mais rica, sustentável e inclusiva, configurando um verdadeiro território criativo. A figura a seguir ilustra todo esse aspecto artístico, religioso e trabalho artesão, evidenciado no couro do boi:

Figura 1 - Couro de um bumba boi de São Luís- MA



Fonte: Prefeitura de São Luís (2023)

Portanto, a discussão sobre economia criativa deve incorporar conceitos que contemplem as configurações sociais locais e o conceito de território criativo, oferecendo uma perspectiva crítico-reflexiva mais adequada para a análise desses espaços, favorecendo um desenvolvimento que integre aspectos econômicos, sociais, simbólicos e culturais, como é o caso de São Luís.

O Brasil é um país caracterizado por notável diversidade étnica e cultural, fruto de sucessivas migrações e de uma história social complexa. Tal diversidade está concretamente expressa em formas de manifestação cultural específicas de cada região, compreendendo desde a forma de falar até de se vestir, comer e lidar com as percepções do cotidiano. Segundo Watanabe, Borges e Guilherme (2024), os contextos multiculturais tendem a ser mais criativos, porque múltiplas experiências favorecem a inovação e a produção de sentidos.

Esse potencial, no entanto, é tensionado por desigualdades estruturais e históricas que impedem o acesso a oportunidades, a bens culturais e a políticas públicas.

A valorização das especificidades locais e culturais constitui o alicerce de estratégias sustentáveis de desenvolvimento criativo. O reconhecimento do patrimônio imaterial brasileiro, promovido pelo IPHAN (2019), evidencia essa perspectiva. Entre os registros, destacam-se o Ofício das Baianas do Acarajé, o Tambor de Crioula no Maranhão e o Samba do Rio de Janeiro, reforçando a diversidade como ativo estratégico da economia criativa (Leitão, 2023).

Watanabe, Borges e Guilherme (2024) explicam que, só em 2011 a economia criativa foi formalmente integrada à agenda das políticas públicas nacionais, quando do governo Dilma Rousseff foi criada, também, a Secretaria da Economia Criativa (SEC), junto ao então Ministério da Cultura. A criação da SEC é entendida como ponto de virada para o campo, pois institucionalizou ações específicas voltadas ao desenvolvimento da economia criativa no país.

Para Almeida e Dias (2022), a formulação do plano de gestão pela SEC foi crítica e abrangente. Isto porque a Secretaria categorizou setores criativos e estabeleceu a diversidade cultural, inclusão social e sustentabilidade da inovação como diretrizes centrais. A atuação se dividia em dois eixos complementares. O primeiro deles era o macroeconômico, que se dedicava a impulsionar a produção de estudos e à identificação de territórios criativos, bem como à fomentação para construção de marcos legais relacionados. Por sua vez, o segundo eixo dava origem à atuação microeconômica, que se dedicava a investir em formação e empreendedorismo profissional, bem como no fortalecimento de redes colaborativas.

Entretanto, a continuidade dessas iniciativas foi afetada por crises políticas e administrativas, intensificadas a partir de 2015, que se desdobra com a extinção do Ministério da Cultura, em 2019. Tal desmonte institucional resultou em perda significativa da capacidade operacional e orçamentária, atingindo diretamente as ações voltadas para a área da Economia Criativa.

Para combater a crise imposta, foram aprovadas legislações emergenciais, como a Lei Aldir Blanc, em 2020, e a Lei Paulo Gustavo, em 2022, representando mais mecanismos de apoio ao setor cultural em meio à crise.

Em 2023, a recriação do Ministério da Cultura e da Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural representou uma retomada da política pública alicerçada

em aportes significativos, com possibilidade de reconstrução de suas políticas. Com a previsão de R\$ 10,7 bilhões ao orçamento do Ministério, as ações se sinalizam, sobretudo, por ações estruturantes de médio e longo prazo, visando à consolidação da Economia Criativa como vetor estratégico de desenvolvimento (Watanabe; Borges; Guilherme, 2024).

Em termos da dimensão econômica, dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) confirmam a crescente relevância da economia criativa no Brasil. No relatório de acompanhamento publicado em 2022, a FIRJAN informa que a participação da economia criativa no Produto Interno Bruto (PIB) nacional passou de 2,61% para 2,91% entre 2017 e 2020, o que corresponde a um valor de R\$ 217,4 bilhões — montante superior ao gerado pelo setor de extrativismo mineral e próximo ao da construção civil.

Além disso, o número de trabalhadores formais atuando no núcleo criativo foi estimado em 935 mil em 2020, representando um crescimento de 11,7% em comparação com 2017. Esse aumento contrasta com o cenário geral do mercado de trabalho formal brasileiro, que apresentou retração na última década.

Entretanto, conforme apontado por Watanabe, Borges e Guilherme (2024), os resultados entre os diferentes núcleos da economia criativa foram bastante assimétricos. Enquanto os setores de Tecnologia e Consumo impulsionaram o crescimento, os segmentos de Cultura e Mídia exerceram pressão negativa sobre o que os indicadores geram.

Portanto, na realidade brasileira, o fortalecimento da economia criativa não depende apenas de investimentos financeiros eventuais, mas de políticas públicas integradas, em diferentes níveis federativos e emergindo dessa nova lógica estatal de rede que operaria a cooperação entre territórios, comunidades e atores. Deve-se partir do fato de que a integração dos setores e dimensões da economia criativa supera o interesse dual de uma lógica cultural versus uma lógica econômica propiciada pela industrialização da cultura.

3 O PAPEL SOCIOCULTURAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA

A biblioteca pública é um equipamento informacional e cultural estratégico para o fortalecimento da cidadania, da inclusão social e da participação democrática. Sua atuação transcende o simples acesso à informação: ela constitui-se como espaço privilegiado de mediação cultural e informacional, fomentando a construção de sujeitos críticos, participativos e socialmente engajados (Nunes; Sousa, 2023).

De acordo com o Manifesto da Biblioteca Pública da IFLA/UNESCO (2022)⁸, a biblioteca pública deve ser reconhecida como uma força viva para a educação, cultura e inclusão, e como agente essencial para o desenvolvimento sustentável, a paz e o bem-estar. Assim, ela se consolida como centro local de informação e conhecimento, fornecendo condições para a aprendizagem ao longo da vida, a tomada de decisão autônoma e o desenvolvimento cultural de indivíduos e grupos.

Segundo Souza e Andrade (2023), especialmente em países em desenvolvimento, as bibliotecas públicas são fundamentais para garantir o acesso universal à educação e à participação na vida cultural. Tais funções refletem o lastro simbólico e social da biblioteca pública, sustentado por valores como igualdade, diversidade, pluralidade e liberdade de expressão.

Nesse sentido, seus serviços devem assegurar a equidade no acesso, independentemente de idade, gênero, etnia, nacionalidade, religião, língua, condição socioeconômica, deficiência ou proficiência digital. Para isso, é indispensável oferecer materiais e serviços específicos a públicos vulneráveis e garantir a não sujeição de acervos e práticas à censura ou pressões ideológicas e comerciais.

As missões da biblioteca pública, conforme reafirmadas pela IFLA/UNESCO (2022), convergem diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao:

- Fornecer acesso amplo e sem censura a informações e ideias;
- Apoiar a educação formal e informal em todos os níveis;
- Promover a alfabetização tradicional, midiática e digital;
- Estimular criatividade, imaginação e empatia;
- Preservar e valorizar expressões culturais locais, saberes indígenas e conhecimento científico;
- Fomentar a diversidade cultural e o diálogo intercultural;
- Garantir acesso a tecnologias digitais e serviços remotos;

⁸ <https://www.ifla.org/public-library-manifesto/>

- Apoiar a organização comunitária e o desenvolvimento local.

No contexto brasileiro, a função político-social da biblioteca pública adquire ainda maior relevância. Atuando como espaço de cidadania, de preservação da memória coletiva e de fortalecimento dos vínculos sociais, a biblioteca deve se adaptar continuamente às transformações da sociedade contemporânea. Isso requer a incorporação de novas tecnologias, reconfiguração simbólica e ressignificação dos seus espaços físicos, tornando-os ambientes dinâmicos, acolhedores, multifuncionais e culturalmente significativos (Valentim, 2016).

Ainda que a escassez de recursos financeiros represente um obstáculo à modernização dessas instituições, como destacam Lessa e Gomes (2017), a reinvenção da biblioteca não depende apenas de infraestrutura, mas, sobretudo, de sua capacidade de ressignificar-se como espaço público plural, de encontro e de expressão cidadã. Um espaço híbrido, que articula serviços tradicionais e contemporâneos, sustentado no engajamento comunitário e nas práticas culturais locais.

Para isso, torna-se indispensável que a biblioteca pública promova a mediação sociocultural – prática que integra a mediação da informação e a mediação cultural, com o objetivo de facilitar a apropriação crítica do conhecimento e o fortalecimento da identidade local.

Segundo o conceito pioneiro de Almeida Júnior (2008), a mediação da informação é

toda interferência — realizada pelo profissional da informação — direta ou indireta, consciente ou inconsciente, singular ou plural, individual ou coletiva, que propicia a aproximação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (*apud* Fadel *et al.*, 2010, p. 14).

Esse conceito foi atualizado pelo mesmo autor, Almeida Júnior (2015 *apud* Nunes; Sousa, 2023) ao acrescentar que esse processo ocorre na ambiência de equipamentos informacionais — espaços que se abrem ao outro, acolhendo-o e construindo laços de pertencimento — visando a apropriação que satisfaça parcialmente e momentaneamente, além de gerar conflitos e novas necessidades.

A mediação cultural, por sua vez, é definida como:

Processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte. Essa aproximação é feita com o objetivo de facilitar a compreensão da obra, seu conhecimento sensível e intelectual - com o que se desenvolvem apreciadores ou espectadores, na busca da formação de públicos para a cultura - ou de iniciar esses indivíduos e coletividades na prática efetiva de uma determinada atividade cultural. Entre as atividades de mediação cultural estão as de orientador de oficinas culturais, monitores de exposições de arte, animadores culturais, museólogos, curadores, profissionais das diversas áreas que constituem um centro cultural, **bibliotecários de bibliotecas públicas**, arquivistas e guias turísticos. Os diferentes níveis em que essas atividades podem ser desenvolvidas caracterizam modos diversos da mediação cultural, como a ação cultural, a animação cultural e a fabricação cultural (Coelho, 1997, p. 247, grifo próprio).

Assim, a mediação sociocultural torna-se uma prática essencial para que a biblioteca pública se transforme em um "empório de ideias", promovendo a convivência, a troca de saberes e o desenvolvimento coletivo (Lessa; Gomes, 2017).

A seguir, com base em Valentim (2016), são apresentados os principais pilares que orientam a atuação da biblioteca pública contemporânea no contexto da economia criativa:

Quadro 4 - Pilares da atuação contemporânea da biblioteca pública

Pilares	Descrição
1. Mediação da informação e cultural	O bibliotecário aproxima os indivíduos de suas necessidades informacionais e culturais, promovendo apropriação crítica e transformação social.
2. Compreensão da comunidade	Estudos de usuários e diagnósticos sociais, permitindo a biblioteca atuar como agente cultural, ofertando serviços alinhados às reais demandas locais e fortalecendo vínculos com diferentes públicos.
3. Bibliotecário como intermediário ativo e empreendedor cultural	Promover criatividade, inovação e crescimento local, o que exige recursos adequados e formação contínua.
4. Transformação do espaço físico e simbólico da biblioteca	Proporcionar ambiente acolhedor, multifuncional, democrático e culturalmente relevante. Iniciativas como makerspaces e estúdios de mídia impulsionam a criatividade e a participação cidadã.

5. Compromisso com valores fundamentais e engajamento cívico	Promover acesso equitativo à informação, educação contínua, alfabetização (inclusive digital) e diversidade cultural, além de garantir inclusão e diálogo intercultural.
6. Biblioteca como parte de um território criativo	Integrar aspectos econômicos, sociais e culturais, como demonstram expressões culturais locais, a exemplo do bumba meu boi em São Luís.
7. Pesquisa teórica e crítica	Aprofundar e orientar práticas da Biblioteconomia alinhadas ao desenvolvimento sociocultural local.

Fonte: elaborado pelo autor, baseado em Valentim (2016)

O quadro apresentado resume os principais eixos que sustentam a atuação da biblioteca pública no contexto atual, evidenciando seu papel como agente de transformação social, cultural e informacional. Esses pilares serão retomados nas próximas seções, à luz da discussão sobre a atuação das bibliotecas públicas no contexto Sociocultural de São Luís.

3.1 Políticas Públicas e Gestão Cultural nas Bibliotecas Públicas Brasileiras

As políticas públicas exercem papel fundamental na gestão cultural das bibliotecas públicas brasileiras, ao promoverem o acesso à informação, à cultura e contribuir para a formação cidadã. Para compreender tal impacto, torna-se necessário delimitar os conceitos de políticas públicas e gestão cultural no contexto biblioteconômico.

De acordo com Sá (2024, p. 2), políticas públicas consistem em estratégias formuladas pelo Estado para enfrentar problemas coletivos e assegurar direitos sociais. Já a gestão cultural refere-se à administração de recursos — humanos, financeiros e simbólicos — com o objetivo de facilitar o acesso da comunidade aos bens culturais.

Ou seja, as políticas públicas podem ser definidas como estratégias e respostas do Estado às demandas sociais, visando solucionar problemas coletivos e assegurar direitos, muitas vezes previstos na Constituição Federal Brasileira⁹.

⁹ Conforme a definição do papel do Estado na Ordem Social (Art. 193) e na instituição do Sistema Nacional de Cultura (Art. 216-A)
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Já no que tange à Gestão Cultural, refere-se à prática de gerenciar recursos (financeiros, humanos, etc.) para atender às demandas culturais de uma organização, pública ou privada, buscando aproximar bens culturais e seus agentes da comunidade em geral, facilitando o acesso e a disseminação da cultura (Sá 2024).

Nessa perspectiva, as bibliotecas públicas são consideradas equipamentos culturais estratégicos de inclusão, educação, cultura e democratização do acesso à informação. Sua função social é servir à sociedade com materiais informacionais e como um espaço físico propício para estimular práticas culturais e sua difusão. Nesse sentido, as bibliotecas públicas se configuram como equipamentos culturais estratégicos de inclusão, ao disponibilizarem materiais informacionais e oferecerem um espaço físico que estimula práticas culturais e promove sua difusão.

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), instituído pelo Decreto Presidencial nº 520 de 1992, tem como objetivo principal fortalecer as bibliotecas, incentivar a implantação e a melhoria do funcionamento da rede atual de bibliotecas públicas em todo o território nacional, e promover o hábito de leitura e o acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do país. O SNBP busca oferecer um sistema estruturado de bibliotecas públicas à população brasileira. A criação de sistemas estaduais de bibliotecas públicas, a partir do SNBP, visa articular as ações das diversas Bibliotecas Públicas Municipais (Sá, 2024).

A experiência dos Parques Biblioteca de Medellín, Colômbia, que transformaram uma cidade com um quadro caótico de violência em um exemplo de transformação social e melhoria da qualidade de vida, serviu de premissa para a implantação das Bibliotecas Parque no Rio de Janeiro. Essas bibliotecas foram concebidas como centros culturais e comunitários com funções ampliadas, não se limitando aos serviços bibliotecários tradicionais. Elas são espaços públicos inclusivos e igualitários que propiciam o encontro, a educação, a recreação, a cultura e a arte (Sá, 2024)

Essas bibliotecas oferecem suporte em locais com deficiência de acesso à cultura e informação, com ambientes arejados, diversificada oferta documental e eletrônica, e atividades como acesso gratuito à internet, sessões de cinema, teatro, cursos, palestras, oficinas e música. Elas contribuem para amenizar a violência, assumindo um papel importante na inclusão e transformação social, sendo espaços multifuncionais em áreas de risco que minimizam desigualdades sociais. São

equipadas com cineteatros, salas para reuniões/oficinas, cozinha-escola, café-literário, estúdios de som e edição audiovisual, além de equipamentos para pessoas com deficiência visual, e contam com equipes multidisciplinares (Dias; Massaroni, [ca. 2014]).

Ao longo da história, diversas políticas públicas contribuíram para a estruturação das bibliotecas públicas, como o Instituto Nacional do Livro (1937), a Lei Sarney (1986), a Fundação Nacional Pró-Leitura (1987), o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER (1992), entre outros. A meta de tais iniciativas é, frequentemente, universalizar o acesso, zerar o número de municípios sem bibliotecas e modernizar os equipamentos já existentes, por meio de programas como o Livro Aberto e o Mais Cultura (Sá, 2024).

A gestão cultural no âmbito das bibliotecas enfrenta diversos desafios e limitações, especialmente no que diz respeito às políticas públicas. Embora a função cultural das bibliotecas seja amplamente reconhecida, essas políticas tendem a se concentrar prioritariamente na distribuição de acervos — especialmente livros — e na promoção da leitura.

No entanto, não costumam explicitar, de forma objetiva, a ligação direta entre bibliotecas e a gestão cultural. Como consequência, a biblioteca passa a ser percebida pelo público de maneira limitada, sendo vista apenas como um espaço de leitura, e não como um centro cultural mais amplo e dinâmico. Além disso, observa-se uma carência significativa de recursos destinados à manutenção e à modernização contínua dos espaços físicos, bem como da infraestrutura tecnológica.

Em muitos municípios, as bibliotecas públicas enfrentam sérias dificuldades estruturais: falta de espaços adequados, escassez de recursos para manutenção e, em especial, a ausência de profissionais com a formação necessária para atuar nessas instituições.

Sá (2024) explica que esses fatores comprometem a qualidade dos serviços oferecidos e dificultam a consolidação da biblioteca como agente ativo na promoção cultural.

Outro entrave recorrente refere-se à fragilidade do financiamento por parte de estados e municípios. Muitas vezes, as ações se limitam à doação de acervos e à capacitação pontual de profissionais, dificultando a continuidade e a sustentabilidade das atividades culturais oferecidas pelas bibliotecas públicas (Sá, 2024).

Diante desse contexto, torna-se evidente a necessidade de profissionais capacitados que atuem além das funções técnicas de organização e tratamento da informação. É essencial contar com pessoas aptas a planejar e executar ações culturais relevantes, capazes de integrar a biblioteca ao cotidiano das comunidades e fortalecer seu papel como equipamento cultural ativo. A presença desses profissionais é fundamental para que a gestão cultural nas bibliotecas seja eficaz, sustentável e socialmente transformadora.

Em síntese, embora as políticas públicas tenham sido essenciais para a criação e institucionalização das bibliotecas públicas no Brasil, seu impacto na gestão cultural ainda é restrito. A ênfase na aquisição de acervos, em detrimento da manutenção, modernização tecnológica e formação de equipes multidisciplinares, limita o potencial das bibliotecas como centros culturais dinâmicos e agentes de transformação social.

4 INTERSECÇÕES ENTRE ECONOMIA CRIATIVA E BIBLIOTECAS

Nos últimos anos, as bibliotecas públicas vêm passando por uma transformação significativa. Deixaram de ser vistas apenas como repositórios de livros e informações para se consolidarem como espaços dinâmicos de criação, inovação e interação sociocultural. Mais do que lugares de consulta, tornaram-se centros vivos que fomentam a criatividade e desenvolvem habilidades empreendedoras em seus usuários.

Essa transformação é evidenciada pela implementação de espaços criativos inovadores, como estúdios de mídia, laboratórios de criação e áreas de experimentação tecnológica. Segundo Medeiros, Teodoro, Rabelo e Julian (2021), essas estruturas funcionam como catalisadoras da inovação, promovendo o desenvolvimento de competências criativas e estimulando o engajamento da comunidade local.

A biblioteca pública, enquanto equipamento cultural e informacional, desempenha papel central na democratização do acesso à informação, à cidadania e à cultura. Atua por meio da mediação cultural e da implementação de políticas públicas voltadas à inclusão social, ao mesmo tempo em que preserva a memória coletiva e incentiva a produção cultural contemporânea.

A economia criativa, conforme Serra e Fernandez (2014), integra a economia do conhecimento e compreende um conjunto de atividades baseadas na criatividade, na inovação e no capital intelectual. Bibliotecas, tradicionalmente associadas à guarda de acervos, vêm se reinventando para ocupar um lugar estratégico nesse campo, tornando-se centros de produção simbólica, articulação comunitária e geração de valor.

Ainda segundo esses autores, a economia criativa levanta questões fundamentais para o campo da Biblioteconomia, como o papel dos talentos individuais na produção de bens culturais, a natureza dos produtos criativos, as cadeias produtivas intelectuais e a intersecção entre tecnologia e arte.

Nesse contexto, bibliotecários passam a desempenhar o papel de empreendedores culturais, como destacam Girard, Fonseca e Gama (2017). Esses profissionais promovem ambientes que favorecem a expressão artística, a colaboração e o empreendedorismo criativo, fortalecendo os laços sociais, ampliando, assim, a relevância das bibliotecas no ecossistema cultural e econômico.

A presença de espaços criativos nas bibliotecas contribui para o fortalecimento da coesão social, o estímulo à aprendizagem intergeracional e a promoção da cocriação. Esses ambientes reforçam a missão educativa das bibliotecas e as alinham às práticas de aprendizagem ao longo da vida.

As bibliotecas que adotam esse modelo não apenas impulsionam o avanço socioeconômico local, mas também empoderam os usuários, fornecendo recursos e ferramentas essenciais para lidar com as rápidas mudanças da sociedade contemporânea (Medeiros *et al.*, 2021).

Além disso, o conceito de inovação, fundamental à economia criativa, permite às bibliotecas reinventarem seus serviços. A criatividade — força motriz da inovação — possibilita o desenvolvimento de soluções originais para um público cada vez mais conectado e exigente. Como afirmam Duarte e Spudeit (2018, p. 107), “a grande força que movimenta a engrenagem da inovação é a criatividade que impulsiona o surgimento de ideias e práticas que podem transformar-se em empreendimentos dos mais diversos tipos”.

Dessa forma, as bibliotecas vêm incorporando tecnologias emergentes, metodologias colaborativas e serviços interativos, transformando-se em ecossistemas culturais multifuncionais.

A inserção das bibliotecas na agenda da economia criativa também se manifesta em políticas públicas e reconhecimentos institucionais. O Rio de Janeiro, por exemplo, foi nomeado Cidade Criativa da Literatura pela UNESCO, destacando-se pela promoção da leitura por meio de bibliotecas, festivais, editoras e livrarias (Lima, 2024).

A cidade abriga iniciativas como as bibliotecas-parque estaduais, administradas pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa, e promove eventos que integram cultura, tecnologia e cidadania. Também são mencionadas políticas como o incentivo à digitalização das bibliotecas para ampliar o acesso à cultura, conforme diretrizes do Plano da Secretaria de Economia Criativa (2011–2014) e da proposta de 2024.

Esses documentos incluem as bibliotecas como protagonistas da macrocategoria “Livro, leitura e demais publicações”, assegurando sua vinculação estrutural com o setor criativo e cultural.

Apesar do reconhecimento crescente, o Estudo do Valor Social das Bibliotecas Públicas no Brasil, realizado pelo Sistema Nacional de Bibliotecas

Públicas (SNBP), revela graves lacunas estruturais. Em grande parte das bibliotecas municipais, não há bibliotecários formados atuando nas instituições. Quando presentes, muitas vezes carecem de formação específica para atuação em equipamentos culturais. O estudo afirma que:

Os bibliotecários fazem parte das equipes das bibliotecas estaduais, mas na maioria das bibliotecas municipais não há profissionais graduados, e os responsáveis muitas vezes não têm capacidade para conduzir e promover projetos (Souza; Andrade, 2023, p. 21).

No Paraná, por exemplo, apenas 30 dos 399 municípios com bibliotecas públicas contam com bibliotecários. Em Minas Gerais, de 726 bibliotecas públicas cadastradas, somente 108 possuem coordenação de profissionais com formação superior em Biblioteconomia (Souza; Andrade, 2023).

Além da escassez de recursos humanos, a falta de investimento econômico por parte das administrações locais compromete a implementação de melhorias e inovações. O estudo reforça ainda a necessidade de formação continuada voltada ao modelo de biblioteca social, envolvendo perfis profissionais interdisciplinares, como promotores culturais e educadores sociais.

No eixo econômico, destaca-se a importância da capacitação para atuação no mundo do trabalho e no desenvolvimento de projetos culturais sustentáveis.

A escassez de estudos sobre a interface entre bibliotecas e economia criativa no Brasil, apontada na metodologia desta pesquisa, evidencia a urgência de formar bibliotecários preparados para atuar nesse campo emergente. A capacitação torna-se, assim, condição essencial para a inserção efetiva das bibliotecas no ecossistema criativo.

Uma experiência reveladora nesse sentido foi a participação em um minicurso de elaboração de projetos culturais para a Lei Aldir Blanc¹⁰, política pública federal de fomento à cultura. Essa vivência evidenciou o potencial transformador das capacitações direcionadas para obtenção de recursos e desenvolvimento de ações culturais com base na economia criativa.

A Lei Aldir Blanc viabiliza o acesso a fundos públicos, superando a escassez financeira e possibilitando a criação de novos programas e serviços de impacto

¹⁰ Participação do autor, como ouvinte, no Minicurso de Elaboração de Projetos Culturais para a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), realizado em 15 de maio de 2025, promovido pela Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT/SL).

sociocultural. Um exemplo bem-sucedido é o Clube Literário Tamboril, que publicou livros com recursos dessa lei, demonstrando como as bibliotecas podem se tornar polos de criação cultural e inclusão produtiva (Souza; Andrade, 2023).

5 O CONTEXTO SOCIOCULTURAL DE SÃO LUÍS E CARACTERIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Nesta seção apresenta-se o contexto sociocultural de São Luís e a caracterização das Bibliotecas Públicas na cidade, abrangendo a formação da cidade, seu reconhecimento como Patrimônio Mundial da UNESCO e suas ricas manifestações culturais populares.

Para o contexto da economia criativa, São Luís, capital maranhense, destaca-se por sua rica história e cultura. O Centro Histórico da cidade é um exemplo central de patrimônio material, reconhecido pela UNESCO, e também serve como palco para diversas atividades que expressam o patrimônio imaterial maranhense, como as manifestações de cultura popular e as ocupações artísticas.

5.1 Território cultural de São Luís: patrimônio mundial, ocupações artísticas e manifestações populares

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a cidade de São Luís foi fundada em 8 de setembro de 1612 pelos franceses Daniel de La Touche e François de Rasilly, com o objetivo de estabelecer a França Equinocial, no contexto da economia mercantilista¹¹. O nome da capital maranhense foi uma homenagem ao então Rei da França, Luís XIII. O núcleo original da cidade foi implantado em um promontório na confluência dos rios Bacanga e Anil, banhado pela Baía de São Marcos (IPHAN, 2014).

São Luís foi posteriormente conquistada e incorporada ao domínio português em 1615, apenas três anos após sua fundação francesa (IBGE, 2025). Durante o século XVII, a cidade também esteve sob domínio holandês, mas os holandeses foram expulsos pelos portugueses em 1645, marcando o início da colonização portuguesa definitiva da antiga "Upaon Açu" ou "Ilha Grande" (denominações Tupinambás para a Ilha de São Luís).

Como porto fluvial e marítimo, São Luís desempenhou um papel econômico importante durante os séculos XVII e XIX, sendo o quarto maior centro exportador de

¹¹ A fundação e o desenvolvimento de São Luís ocorreram dentro de uma moldura mercantilista, onde o território colonial era explorado para o benefício econômico da nação colonizadora, utilizando seus recursos naturais e mão de obra, e com o controle de companhias de comércio e elites locais para manter essa estrutura de acumulação de riqueza.

algodão e arroz no Brasil Colônia, atrás apenas de Salvador, Recife e Rio de Janeiro (IPHAN, 2014; IBGE, 2025).

Nesse panorama, a cidade é um reflexo de uma cultura e história que combinam influências indígenas, africanas e europeias (Ribeiro; Santos. S.; Santos, P., 2014). A riqueza econômica gerada pela exportação de açúcar e algodão entre a segunda metade do século XVIII e meados do século XIX impulsionou a expansão e a construção de seus sobrados.

Grande parte das edificações históricas do Centro Histórico de São Luís foi erguida mais de um século após a fundação da cidade, durante um período de prosperidade econômica que atraiu muitos portugueses e resultou na chegada de escravos africanos. A arquitetura colonial luso-brasileira, com suas casas e sobrados, reflete o modo de vida dos colonizadores, oferecendo um vislumbre do passado e das influências culturais que moldaram a região (IPHAN, 2014).

Os sobrados de fachadas revestidas em azulejos portugueses, que são um dos aspectos mais peculiares da expressão civil maranhense, datam principalmente da segunda metade do século XIX, e levaram a cidade a ser conhecida como a "Cidade dos Azulejos" (Menezes, 2010)¹².

Aragão e Carvalho (2013) explicam que o Centro Histórico de São Luís (CHSL) foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1997.

O reconhecimento internacional baseou-se em três critérios principais: ser um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou civilização viva ou extinta (critério iii); ser um exemplo notável de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustra fase(s) significativa(s) na história humana (critério iv); e ser um exemplo excelente de comunidade humana tradicional, uso da terra ou uso do mar que é representativo de uma cultura (ou culturas) ou interação humana com o ambiente, especialmente quando se tornou vulnerável sob o impacto de mudanças irreversíveis (critério v) (Wall; Braga, 2014).

Conforme explicam também Carvalho *et al.* (2021, tradução própria), o CHSL é internacionalmente reconhecido por sua beleza, além de possuir um grande valor histórico, cultural, arquitetônico e paisagístico.

Carvalho *et al.* (2021, tradução própria) explicam ainda que o CHSL é internacionalmente reconhecido por sua beleza, além de possuir um grande valor

¹² São Luís também é popularmente conhecida como a "Atenas Brasileira", "Ilha do amor" e "Jamaica Brasileira".

histórico, cultural, arquitetônico e paisagístico. A formação da região central da capital maranhense está intrinsecamente ligada ao seu principal locus econômico, o porto, e à área costeira adjacente. A Praia Grande se destacou como o principal centro comercial nos estágios iniciais da colonização de São Luís, funcionando como ponto vital para o carregamento e descarregamento de bens importados e exportados, o que foi fundamental para o surgimento da cidade e de sua sociedade.

Ademais, o CHSL é um exemplo marcante de uma cidade colonial portuguesa que se adaptou com sucesso às condições climáticas do sul da América Equatorial, preservando de forma excepcional seu tecido urbano harmoniosamente integrado ao ambiente natural (Costa, 2017; UNESCO, c2025; Wall e Braga, 2014).

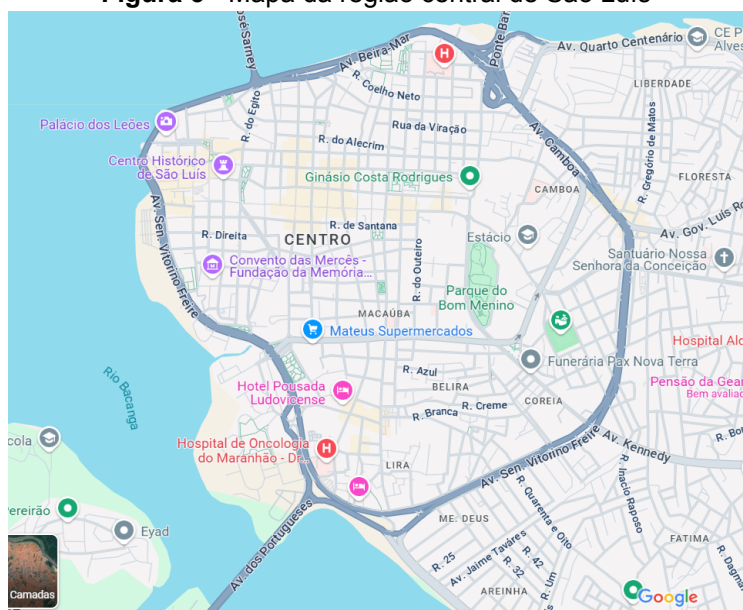
A cidade se distingue arquitetonicamente por possuir um dos maiores conjuntos de arquitetura civil de origem colonial preservados no país, com um grande número de sobrados que mantêm as edificações originais e poucos prédios destoam do conjunto (Cunha, 2018). A trama urbana intacta desde a fundação e consolidação da cidade, a essência preservada do centro e o contraste com a expansão urbana são elementos que sustentam sua integridade (Freitas; Melo, 2024).

Complementando esse processo, em 1974, o IPHAN realizou o tombamento em nível federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís, incluindo os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão (Cunha, 2018; Freitas; Melo, 2024; Silva, 2009). Conforme mostra a figura 2, o CHSL possui casarões com construções coloniais do século XVIII e XIX. Conforme mencionado, é ilustrado na figura 2.

Figura 2 - Casarões do Centro Histórico de São Luís

Fonte: G1 MA (2020)

Considerando que o centro de São Luís é um resultado de diversas intervenções humanas ao longo do tempo, e o desenvolvimento do comércio e das relações comerciais na Praia Grande, seu valor histórico e cultural foi solidificado, sendo hoje um dos espaços de maior importância na capital maranhense. O Centro Histórico de São Luís abrange uma área de aproximadamente 220 hectares, incluindo os bairros da Praia Grande, Desterro, Apicum, Codozinho, Lira, Belira, Macaúba, Coreia e Madre Deus (Carvalho et al., 2021), como pode ser observado na seguinte figura 3:

Figura 3 - Mapa da região central de São Luís

Fonte: Google Maps (2025)

Nesse cenário de rica diversidade, Carvalho e Mendonça (2014) mostram que o bairro da Madre Deus se estabelece como um polo significativo de manifestações culturais tradicionais e um complexo turístico-cultural relevante. O bairro abriga locais importantes como a Casa das Minas e a Casa de Nagô, que são espaços de religiosidade afro-maranhense, a sede do Boi Barrica, um renomado grupo parafolclórico, e o Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão (CEPRAMA), uma antiga fábrica têxtil que hoje funciona como local de exposição e venda de artesanato maranhense (Carvalho; Mendonça, 2014).

Freitas e Melo (2024) destacam que, apesar de seu título e importância histórica, a preservação do patrimônio de São Luís enfrenta desafios significativos e os processos de revitalização são por vezes tardios, incompletos ou desproporcionais, e as ações antrópicas não mediadas e as propensões ambientais elevam sua deterioração.

Além disso, muitos casarões e sobrados necessitam de maior atenção e conservação, apresentando fortes sinais de deterioração, o que exige um olhar mais rigoroso (Cunha, 2018). A gestão do patrimônio, seja pública ou privada, é criticada por ações isoladas e escolhas pontuais de edificações, ignorando o contexto monumental da área tombada.

Essa situação inclui uma atenção à vulnerabilidade de abandono e descaso que se manifesta publicamente no desprendimento governamental do acervo arquitetônico, priorizando ocupações em áreas nobres da capital, com o deslocamento de instituições públicas para essas regiões (Freitas; Melo, 2024).

O esvaziamento do Centro Histórico se confirmou na segunda metade do século XX, quando foi classificado como local impróprio para famílias e convívio social, persistindo, e o Centro passou a ser visto como "antigo, esvaziado e alto nível de marginalização" (Freitas; Melo, 2024, p. 10). Mais recentemente, o Plano Diretor Municipal de 2023 citou o Centro Histórico como uma entidade disfuncional para o desenvolvimento urbano local, o que demonstra uma desvalorização intencional do patrimônio (Freitas; Melo, 2024).

Apesar de seu potencial, o turismo cultural em São Luís não é o principal motivador da vinda de turistas, sendo superado pelo turismo de negócios (Ribeiro; Santos. S.; Santos, P., 2014). O marketing turístico local, por sua vez, tem sido

ineficaz em atrair visitantes para esse segmento, com pouca ênfase na cultura imaterial da cidade em seus canais de divulgação.

Essa realidade revela uma dicotomia entre a valorização do patrimônio material e a falta de investimentos em sua manutenção e na inclusão da população, uma vez que as intervenções se detêm na restauração de prédios históricos em detrimento de propostas de sensibilização comunitária e educação patrimonial (Aragão; Carvalho, 2013).

São Luís é caracterizada como um "caldeirão de manifestações culturais" (Ribeiro; Santos. S.; Santos, P., 2014, p. 49) possuindo uma cultura popular de formação plurirracial, influenciada por negros (africanos), indígenas e brancos (Ribeiro; Santos. S.; Santos, P., 2014).

O patrimônio cultural imaterial da cidade é vasto, abrangendo saberes, conhecimentos e modos de fazer tradicionais, além de festas, celebrações e diversas formas de expressão – sejam literárias, musicais, plásticas, cênicas ou lúdicas – e locais que concentram práticas culturais coletivas (Rosa, 2019, p. 13). De fato, Cláudio Nogueira, superintendente substituto do Iphan-MA, enfatiza a riqueza da cidade no campo do patrimônio imaterial, particularmente em manifestações populares como o Tambor de Crioula e o Bumba-meu-boi (Menezes, 2010).

Carvalho *et al.* (2021) definem patrimônio cultural não apenas como ruínas ou monumentos, mas como uma construção simbólica que engloba elementos socioculturais, naturais, técnicos, políticos e econômicos, incluindo linguagens, ritmos, gostos e sabores. Ressaltam ainda a evolução do conceito de patrimônio, de uma herança familiar para um bem que integra aspectos genéticos, históricos e culturais, inicialmente associado a monumentos e, posteriormente, se expandindo para bens artísticos e manufaturados, e ativos intangíveis.

A preservação do patrimônio surge na necessidade de espaços capazes de preservar e salvaguardar a memória. A memória também é colocada como uma importante categoria relacionada ao patrimônio. Nesse sentido, o patrimônio como um mecanismo político-institucional que reforça a importância do patrimônio como entidade responsável pela memória pública de um povo. (Carvalho *et al.*, 2021, p. 164, tradução própria).

Carvalho *et al.* (2021) trazem a aceção de que o conceito de ocupações artísticas pode ser compreendido como uma forma de intervenção e uso do espaço público por coletivos artísticos e pela sociedade civil. Este tipo de ocupação vai além

de meras apresentações de entretenimento, funcionando como um mecanismo de luta e resistência, buscando a manutenção e garantia de atividades culturais públicas, gratuitas e comunitárias.

Os autores também apresentam exemplos concretos de ocupações em São Luís, como "A Vida é uma Festa" e "O Circo Tá na Rua". De acordo com os autores, O coletivo A Vida é uma Festa, com mais de 30 anos de atuação, realiza suas atividades na região da Praia Grande, promovendo eventos em palco aberto com apresentações de música popular maranhense, Tambor de Crioula e o uso de instrumentos típicos da cultura local. A proposta do grupo contribui diretamente para a valorização das tradições e da identidade cultural maranhense. Já o projeto O Circo Tá na Rua, com cinco anos de existência, ocorre na Praça Nauro Machado e oferece treinamento circense gratuito, voltado à formação de novos artistas. Sua gestão é colaborativa e articulada em rede, reforçando o caráter comunitário da ocupação e ampliando o acesso à cultura no espaço público (Carvalho *et al.*, 2021, p. 164, tradução própria).

Por isso, essas ocupações são descritas como um estímulo para a presença das pessoas no espaço patrimonial, o que é crucial para sua valorização. Ademais, as ocupações artísticas são agentes de revitalização e desenvolvimento local na perspectiva da economia criativa, pois as diversas atividades que o CHSL tem sediado como feira do livro, festivais de música, intervenções, ocupações artísticas, e como elas ressignificam o espaço.

Essas ocupações, ao promoverem a produção cultural, o engajamento comunitário, a manutenção da memória e a democratização do acesso à cultura, representam uma dimensão da Economia Criativa voltada para o desenvolvimento local e social, em contraste com a mercantilização do patrimônio. Outrossim, a presença e o uso do espaço pelas pessoas são o principal fator de preservação e valorização do patrimônio, superando a indiferença da população e a perda da identidade cultural ludovicense. As ocupações criam novos bens culturais e ressignificam o patrimônio, indo além da ideia de ruínas ou obras intocáveis.

Dentro desse panorama cultural, o Bumba-meu-boi se destaca como a principal representação folclórica e a maior manifestação cultural de São Luís, com reconhecimento nacional e internacional (Rosa, 2019). No Maranhão, ele se diferencia por ser um complexo cultural que engloba uma ampla variedade de estilos, conhecidos como sotaques, e uma multiplicidade de grupos (IPHAN, 2019).

A singularidade do complexo cultural do bumba meu boi maranhense reside na relação intrínseca entre fé, festa e arte, fundamentada na devoção aos santos juninos, nas crenças em divindades de matriz africana e nas cosmogonias e lendas regionais (IPHAN, 2019). Os sotaques tradicionais incluem Matraca, Zabumba, Pindaré, Baixada, Orquestra e Costa-de-mão, sendo os de Matraca, Zabumba e Orquestra os mais populares (Rosa, 2019; IPHAN, 2019). “As toadas, autos, comédias e performances do Bumba-meu-boi funcionam como um canal de comunicação, abordando temas contemporâneos como política, economia, ecologia e questões sociais” (Rosa, 2019, p. 7-8).

O Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO em 2019 (IPHAN, 2019).

Além de sua dimensão cultural e social, os bordados do Bumba-meu-boi exemplificam concretamente como a cultura, a sociedade e a economia se interligam para formar um verdadeiro território criativo e preservar tradições (ver seção 3.1), como ilustra a seguinte figura:

Figura 4 - Complexo Cultural Bumba meu boi do Maranhão



Fonte: IPHAN (2019)

Historicamente, o Bumba-meu-boi enfrentou preconceitos e foi marginalizado, tendo sua festa proibida por autoridades locais até meados da década de 80 (Rosa, 2019). Essa manifestação, que é a principal representação cultural de São Luís, constituiu-se em um meio de libertação das classes subalternas, sendo por vezes levada à periferia da cidade, e seu processo de marginalização se manteve até aproximadamente 1988, quando era obrigatório o registro de terreiros na polícia, e práticas culturais eram perseguidas (Ribeiro; Santos. S.; Santos, P., 2014)

Apesar do crescente interesse do governo do estado do Maranhão nas manifestações folclóricas a partir da década de 70, com o objetivo de valorização e fomento ao turismo, surgem preocupações de que a manifestação estaria perdendo seu sentido original e sendo utilizada para fins políticos ou como "produto exótico para turistas" (Ribeiro; Santos. S.; Santos, P., 2014, p. 11). Essa situação levanta a problemática de que as mudanças ocorridas não são formadas pelo povo que a criou, mas sim por influências externas não naturais, o que pode levar à perda da continuidade cultural e à transformação de rituais sagrados em espetáculos comerciais (Ribeiro; Santos. S.; Santos, P., 2014).

Nota-se, portanto, que o envolvimento da comunidade é crucial para o planejamento turístico local, assegurando que os valores, projetos e a arte da população estejam em evidência, o que contribui diretamente para a valorização cultural e a afirmação de sua identidade. Neste sentido, a criação de espaços dedicados à disseminação de manifestações tradicionais, como oficinas e centros culturais, e a promoção da educação patrimonial direcionada tanto a turistas quanto às comunidades, são elementos primordiais para valorizar o saber-fazer dos mestres populares.

Essas iniciativas não apenas estimulam a presença das pessoas no patrimônio, mas também desempenham um papel fundamental na revitalização urbana sob a perspectiva da economia criativa.

Em última análise, essa integração de comunidade, cultura e economia criativa é intrínseca ao desenvolvimento sustentável e neste contexto, conforme abordado anteriormente, sobre o potencial das instituições culturais, as bibliotecas públicas, como a Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) e a Biblioteca Pública Municipal José Sarney (BPMJS) em São Luís, se apresentam como potenciais catalisadoras estratégicas.

Ao atuarem como espaços de produção cultural, circulação de informação e mediação cultural, estas bibliotecas podem fomentar a criatividade local, fortalecer os laços comunitários e democratizar o acesso ao patrimônio, desempenhando um papel essencial no desenvolvimento sociocultural e econômico da cidade de São Luís - MA.

5.2 A Biblioteca Pública Benedito Leite

A Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), situada na Praça do Pantheon, parte do Complexo Deodoro, é a segunda biblioteca pública mais antiga do Brasil, com 193 anos de existência, e um expoente central do conjunto urbano de São Luís. Sua história é marcada por lutas e transferências, até sua consolidação como um importante aparelho cultural do Estado. A BPBL tem desempenhado um papel crucial no desenvolvimento de produtos, serviços, ações culturais, acesso e mediação da leitura, e apropriação dos patrimônios e da cultura maranhense (Costa *et al.*, 2020).

Costa, Cutrim e Carvalho (2019) explicam que em 2018 houve a modernização do Complexo Deodoro, na região central de São Luís. O complexo Deodoro é uma área recém-inaugurada no centro de São Luís que reúne importantes organizações de valor histórico para o Maranhão. O Complexo expressa um significativo potencial turístico-cultural, especialmente após sua reforma, que visa aproximar os cidadãos do centro e do patrimônio que lhes pertence. Pereira (2020) esclarece que:

A Praça Deodoro é considerada um dos principais espaços livres públicos situado na área central da cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão. Essa região central passou por uma intervenção urbana que reestruturou as Praças Deodoro e Panteon, e as Alamedas Silva Maia e Gomes de Castro, que compõem uma área denominada de Complexo Deodoro, mas que grande parte da população a chama de Praça Deodoro. A intervenção foi realizada por meio de um convênio entre o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico – Iphan e a Prefeitura Municipal, atendendo aos anseios da população, que há décadas conviviam com o abandono e a degradação daquele local.

O Complexo Deodoro abrange instituições de ensino históricas como a Escola Normal Primária "Rosa Castro" e o Liceu Maranhense, além do Teatro Arthur Azevedo, construído entre 1816 e 1817. São Luís é popularmente conhecida como a "Atenas Brasileira", um título que remete ao contexto da cidade entre os séculos

XVIII e XIX, caracterizado por grandes nomes da literatura e intelectuais nas artes e na política (Costa et al, 2020).

Figura 5 - Vista aérea do Complexo Deodoro, com a BPBL na parte superior central da foto



Fonte: Reprodução/ TV Mirante (2019)

A BPBL é vista como o centro dessa acrópole ludovicense, com sua arquitetura assemelhando-se ao Partenon de Atenas. Ou seja, isso reforça sua identidade como centro cultural, literário e intelectual. Devido a sua riqueza cultural e patrimonial, torna-se um campo propício para a economia criativa, principalmente pelo turismo cultural. Esse tipo de turismo busca o conhecimento de outras culturas, seus modos de vida, comportamentos e organizações sociais, além do uso de bens urbanos e naturais peculiares de cada local.

De acordo com Costa *et al.* (2020), a reforma e modernização do Complexo Deodoro potencializaram o papel da BPBL. O aumento significativo de usuários nos últimos meses e o crescimento do fluxo de visitantes na Praça após a inauguração do Complexo demonstram sua capacidade de atrair público. A BPBL oferece uma diversidade de atividades culturais que ratificam seu potencial em difundir a leitura e a literatura, tais como:

- Mediação da leitura;
- Visitas guiadas;

- Contação de histórias;
- Projeto "Cinema na Biblioteca";
- Exposições.

Essa gama de atividades a torna um atrativo cultural à parte, consolidando-a não apenas como um ponto favorável para o turismo, mas como um centro cultural vibrante. A BPBL é hoje apresentada como um dos "cartões postais" da capital ludovicense. Sua sede, na Praça do Pantheon, mantém uma arquitetura imponente, conforme já mencionado, semelhante ao Partenon de Atenas, reforçando o simbolismo de São Luís como a "Atenas Brasileira".

Para além de sua estrutura e atividades, a BPBL agrega um papel relevante no patrimônio cultural por meio de seu acervo e do turismo cultural e literário. O turismo literário, uma tipologia do turismo cultural, é associado à visita de locais reconhecidos por sua relação com obras literárias e/ou autores. A literatura, enquanto bem cultural material (a obra) e imaterial (o conteúdo simbólico das narrativas), tem o poder de ressignificar lugares, impulsionando leitores a visitar e vivenciar a cultura local. A BPBL, com seu rico acervo literário e documental do Estado, que inclui obras raras, periódicos importantes dos séculos XVIII e XIX, e até um manuscrito de Machado de Assis, se configura como um veículo de propagação do patrimônio bibliográfico e um atrativo turístico-cultural fundamental (Costa *et al.* 2020).

Por isso, segundo Costa, Cutrim e Carvalho (2019) a BPBL é um aparelho cultural importante que, ao longo dos séculos, consolidou-se como referência em termos de acesso ao conhecimento e aos bens culturais do Estado do Maranhão, ou seja, representa um grande aporte para a valorização do patrimônio maranhense.

Sua fundação como Biblioteca Pública Provincial em 1829, com abertura ao público em 1831, esteve diretamente ligada aos interesses das elites do Estado, que reconheciam nessas instituições formas de controle e poder. A BPBL passou por um percurso histórico marcado por instabilidades, incluindo mudanças de endereço e perdas de materiais, chegando a ficar fechada por quase 10 anos em um período. No entanto, superou esses desafios, tendo uma sede própria garantida por lei em 1918 (concretizada em 1951) sendo oficialmente nomeada Benedito Leite em 1958 (Castro; Silva; Castellanos, 2011). Reformas e modernizações recentes (2009, 2013, 2018) reforçaram seu papel como referência informacional e cultural no Estado do Maranhão (Costa; Cutrim; Carvalho, 2019)

A BPBL é detentora de um vasto e diversificado acervo, considerado de valor histórico que expressa o patrimônio cultural maranhense. Este acervo, que possui "qualidade, preciosidade e raridade de conteúdo", compreende mais de 120.000 itens, incluindo:

Quadro 5 - Composição do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite

QUANTIDADE	ITEM
9.670	Obras raras
2.000	Manuscritos dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX
558	Títulos de jornais maranhenses entre os anos de 1821-2014
Cerca de 90.000	Exemplares de livros em tinta (técnicos, literários, didáticos)
8.000	Livros em braille
600	Livros sonoros, CDs, DVDs e fotografias
Total de 120.000 itens	

Fonte: Nascimento e Azevedo (2014)

Essa diversidade de bens abrigados manifesta não somente a história do Maranhão, mas também contribui para o desenvolvimento do cidadão maranhense, favorecendo o reconhecimento e a percepção dos traços culturais. Isso vai ao encontro de que as bibliotecas não sejam apenas um depósito de itens, ou seja, o acervo da BPBL é uma expressão da cultura, memória e identidade maranhense (Costa; Cutrim; Carvalho, 2019).

Portanto, “a Biblioteca Pública Benedito Leite constitui-se como um local de memória, uma vez que seu acervo e sua missão buscam manter não apenas preservada, mas viva a cultura do Estado do Maranhão” (Costa; Cutrim; Carvalho, 2019)., ou seja, seu patrimônio.

É nesse contexto que a implementação da Educação Patrimonial nas bibliotecas públicas, como é o caso da BPBL, adquire relevância, já que a implementação da Educação Patrimonial nas bibliotecas públicas faz com que os serviços educativos evoluam para um papel formador e mediador junto ao patrimônio cultural.

Ao oferecer serviços pautados nesses preceitos, a BPBL proporciona situações de aprendizagem que resultam em indivíduos conscientes da conservação dos bens patrimoniais e de suas responsabilidades para com o acervo da Biblioteca. As metodologias da Educação Patrimonial envolvem desde o reconhecimento do bem patrimonial (como um livro raro ou manuscrito) até o modo correto de manuseá-lo, garantindo seu uso prolongado e acessibilidade a futuros usuários.

O entorno da BPBL no Complexo Deodoro, com suas alamedas e bustos de importantes personalidades maranhenses da literatura e das artes, como Bandeira Tribuzzi, Maria Firmina dos Reis e Josué Montello, explicitam a reaproximação do povo maranhense do centro da cidade e, por conseguinte, da literatura e da leitura. Essa interação entre o espaço revitalizado e o acervo da biblioteca fortalece a relação entre a BPBL e o turismo literário, proporcionando vivências, experiências, sentimentos e memórias aos visitantes.

A modernização do Centro de São Luís e o pleno funcionamento da BPBL se alinham ao crescimento global do turismo literário, impulsionado pelas tecnologias de informação e comunicação que ampliam a difusão de obras literárias. Isso permite que as peculiaridades do patrimônio cultural maranhense e o acervo da biblioteca alcancem lugares longínquos, atraindo turistas e fomentando, assim, o desenvolvimento local.

O potencial turístico-literário da BPBL é um conjunto complexo de elementos inter-relacionados, que incluem seu acervo, o espaço revitalizado, os bens culturais, o reconhecimento identitário e o estreitamento dos laços dos cidadãos locais com seu patrimônio. Esse processo não apenas beneficia o turista, mas também a população de São Luís e o Estado como um todo, caracterizando um importante vetor para a economia criativa e o desenvolvimento local.

5.3 A Biblioteca Pública Municipal José Sarney

A Biblioteca Pública Municipal José Sarney (BPMJS) é caracterizada como um equipamento cultural, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura (SECULT) de São Luís, fundada em 11 de maio de 1983, por meio da Lei nº 2.617 (Batista, 2023). Sua trajetória administrativa perpassou por alterações ao longo dos anos, porque inicialmente era subordinada à Secretaria Municipal de Educação, que acumulava atribuições na área cultural e foi posteriormente transferida para a Fundação Municipal de Cultura, Desporto e Turismo.

Nesse período, ficou ligada à coordenadoria de memória e documentação, até que, com a extinção deste setor, em 1997, passou a ser subordinada diretamente à presidência da Fundação Municipal de Cultura de São Luís (FUNC). Em 2022, os equipamentos culturais municipais, incluindo a BPMJS, foram novamente vinculados à SECULT (Martins, 2008).

A BPMJS encontra-se situada na Rua do Correio, s/n, no Bairro de Fátima — região reconhecida como o segundo maior reduto cultural de São Luís, ficando atrás apenas da Madre Deus (Rocha, 2024). Essa localização, combinada com sua origem comunitária, confere à biblioteca características populares e um papel estratégico como promotora de cultura e inclusão social. É a segunda maior biblioteca pública da capital maranhense e a única sob gestão municipal (Batista, 2023).

O Bairro de Fátima tem moradores em maioria negra e formado por descendentes de migrantes da Baixada Maranhense, portanto, possui uma forte tradição cultural. Conforme a Secretaria de Estado Extraordinária de Igualdade Racial (2023), o bairro possui histórico de crescimento desordenado, resultante do êxodo rural, e em 2023 iniciou-se a luta pelo reconhecimento oficial como quilombo urbano junto à Fundação Palmares. A inserção da BPMJS nesse contexto favorece seu contato direto e permanente com diversos agentes culturais e com o cotidiano da comunidade.

A missão institucional da BPMJS se define em “propagar a cultura, subsidiar a educação, disseminar a informação e promover lazer à sociedade ludovicense” (Martins, 2008, p. 6). Nessa conjuntura, essa definição reforça seu papel como instrumento de infoinclusão, promoção da cidadania e democratização do acesso ao conhecimento.

De acordo com Batista (2023), o acervo da biblioteca é diversificado e majoritariamente composto por doações, incluindo: livros didáticos e literários, obras infantojuvenis, títulos em Braille, materiais de referência, periódicos, apostilas para concursos e vestibulares, mídias multimídia (DVDs e fitas de vídeo), gibis, brinquedos, jogos educativos, mapas, modelos anatômicos tridimensionais e painéis temáticos.

Esse acervo é voltado às demandas da comunidade local, principalmente os estudantes da região, devido à escassez de bibliotecas escolares nas escolas das áreas adjacentes. Vale destacar que, conforme a Agência O Globo (2025), pouco

mais de 15 anos após a sanção da Lei da Universalização das Bibliotecas, nº 12.244/2010, 114,4 mil escolas do país — de um total de 179,3 mil, ou 63% — ainda não possuem uma biblioteca. Esses dados são do Censo Escolar, divulgado pelo Ministério da Educação em abril e demonstram a escassez generalizada de bibliotecas escolares no Brasil. Portanto, a BPMJS pode ser vista como uma resposta comunitária direta à falha sistêmica na implementação de bibliotecas escolares no país.

Em março de 2023, a BPMJS passou por uma requalificação estrutural significativa, sendo reinaugurada com ambiente climatizado, novo mobiliário, jardim paisagístico e acessibilidade garantida em todos os espaços, conforme se observa na figura a seguir. O atendimento ao público ocorre de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h (Marinho, 2023).

Figura 6 - Foto da atual Biblioteca Pública Municipal José Sarney



Fonte: Blog Hora extra com Walkir Marinho (2023)

A biblioteca oferece uma gama de serviços informacionais, com o objetivo de garantir a igualdade de acesso à informação para todos os públicos. Entre os principais, destacam-se:

- a) empréstimo domiciliar de até quatro livros por sete dias, com possibilidade de renovação;
- b) consulta local ao acervo;

- c) orientação na normalização de trabalhos escolares e acadêmicos;
- d) acesso gratuito à internet;
- e) realização de cursos e palestras;
- f) disponibilização de salas de leitura.

Além disso, a BPMJS promove um serviço de extensão voltado para alcançar públicos mais distantes fisicamente da biblioteca. Essa iniciativa leva livros e atividades educativas a hospitais, escolas comunitárias e residências em áreas periféricas, contribuindo para a infoinclusão e formação de cidadãos mais críticos e conscientes (Martins, 2008).

A BPMJS atua ativamente como espaço de produção cultural, promovendo uma programação regular de atividades educativas e culturais, alinhada ao calendário escolar e a datas comemorativas. É também uma das instituições organizadoras da Feira do Livro de São Luís (FeliS), o maior evento literário do estado. Entre os principais projetos e atividades culturais desenvolvidos, destacam-se:

- a) projetos de incentivo à leitura: Férias na Biblioteca, Semana do Livro Infantil e Juvenil, Brincando com o Cordel, Leitor do Mês, Jogando com Leitura e Chá Literário;
- b) ações de cunho social e de conscientização: Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo, março: Mês da Mulher, campanhas de arrecadação de livros e alimentos;
- c) extensão e inclusão: visitas a hospitais, escolas públicas e comunidades, como o projeto A Biblioteca vai à sua casa;
- d) oficinas e atividades especiais, como a Oficina de Bombons de Chocolate no projeto Mulheres de Sucesso, beneficiando mulheres do Bairro de Fátima e Areinha (Batista, 2023; Martins, 2008).

Essas ações ultrapassam a função tradicional da biblioteca, abrangendo dimensões de conscientização política e combate às desigualdades sociais. Ademais, a BPMJS, ao estar instalada em um território marcado por exclusão social, violência urbana e altos índices de analfabetismo, transforma-se em um agente de desenvolvimento social. Suas ações culturais e educativas oferecem alternativas concretas para o fortalecimento da cidadania, promovendo o acesso ao conhecimento e incentivando o protagonismo da comunidade (Martins, 2008).

Martins (2008) ainda ressalta que a natureza comunitária da BPMJS se manifesta tanto em sua gestão quanto em sua programação, por estar inserida em um bairro com rica tradição cultural e forte senso de identidade comunitária. Essa interação contínua com os moradores torna a biblioteca um importante polo de integração e valorização cultural.

Durante o período pandêmico da Covid-19, a biblioteca buscou manter sua atuação utilizando redes sociais, como o Instagram, para continuar promovendo seus serviços e conteúdos educativos, reforçando sua presença digital e seu compromisso com a comunidade (Batista, 2023).

Portanto, a atuação da BPMJS já reflete aspectos de setores criativos, por meio de eventos culturais, oficinas, narração de histórias e ações de promoção literária. Essas iniciativas evidenciam seu potencial para integrar práticas da economia criativa, ampliando seu impacto no desenvolvimento local de São Luís.

6 CONCLUSÃO

Esta monografia teve como objetivo geral compreender as práticas da economia criativa e seu potencial para ampliar as ações da biblioteca pública voltadas ao desenvolvimento local. Para tanto, buscou-se: a) caracterizar os fundamentos teóricos e históricos da economia criativa; b) analisar o papel da biblioteca pública como agente cultural e promotora do desenvolvimento local; c) investigar práticas da economia criativa aplicáveis a bibliotecas públicas e d) avaliar a viabilidade de sua implementação no contexto sociocultural de São Luís – MA.

Os resultados demonstram que a economia criativa — campo multifacetado e em constante evolução — superou a crítica inicial de ser mera reformulação da indústria cultural e consolidou-se como vetor estratégico do desenvolvimento socioeconômico global. Originada em políticas inovadoras da Austrália (1994) e aprofundada no Reino Unido por John Howkins (2001), a temática é reconhecida internacionalmente, inclusive pela UNCTAD e pela UNESCO, por gerar valor a partir da criatividade, do conhecimento e da propriedade intelectual. No Brasil, ganhou destaque a partir de 2011, com a criação da Secretaria da Economia Criativa (SEC) no Ministério da Cultura, cujo enfoque inclui inclusão social, inovação sustentável e diversidade cultural.

Paralelamente, as bibliotecas públicas atravessam processo decisivo de reinvenção: deixam de ser depósitos informacionais para se tornarem espaços dinâmicos que fomentam criatividade e inovação comunitária. Alinhadas ao Manifesto da Biblioteca Pública (IFLA/UNESCO, 2022), essas instituições exercem papel político-social fundamental ao promover cidadania, inclusão e preservação da memória coletiva, mediando informação e cultura para formar sujeitos sociais ativos e criativos. A transformação de seus espaços físicos e simbólicos em ambientes acolhedores e multifuncionais — que favorecem a cocriação e engajamento cívico — é vital para essa ressignificação.

A intersecção entre economia criativa e bibliotecas manifesta-se na oferta de espaços criativos inovadores, como estúdios de mídia e makerspaces, e em seu reconhecimento oficial em políticas públicas. Os Planos Nacionais de Economia Criativa (2011-2014 e a proposta de 2024) e o programa Cidades Criativas da UNESCO (que inclui o Rio de Janeiro, categoria Literatura) classificam as bibliotecas

como atividades associadas à macrocategoria “Livro, leitura e demais publicações”, reforçando sua relevância. A digitalização de acervos e a adoção de tecnologias interativas também democratizam o acesso e impulsionam a criatividade.

No caso de São Luís, cujo Centro Histórico é Patrimônio Cultural Mundial da UNESCO, o território — nos termos de Milton Santos — articula objetos e ações ricos em manifestações culturais e valor econômico. O Bumba Meu Boi, com seus bordados artesanais, exemplifica a intersecção entre cultura, sociedade e economia na criação de valor simbólico reconhecido local e internacionalmente. Ocupações artísticas no Centro Histórico evidenciam o poder transformador da cultura na revitalização urbana e no engajamento comunitário, em consonância com a dimensão social da economia criativa.

As bibliotecas Públicas Benedito Leite (BPBL) e Municipal José Sarney (BPMJS) possuem enorme potencial como hubs criativos desse desenvolvimento. A BPBL, com acervo histórico e ações como mediação de leitura, visitas guiadas e Cinema na Biblioteca, atrai turismo literário e fortalece a identidade maranhense. Já a BPMJS, inserida em comunidade culturalmente vibrante, supre a carência de bibliotecas escolares ao oferecer programação diversificada (incentivo à leitura, ações sociais, oficinas), incorporando elementos das indústrias criativas. Ambas podem intensificar a circulação de informação e mediação cultural em prol do desenvolvimento local.

Este estudo contribui para a literatura ao explorar um campo ainda incipiente no Brasil: a convergência entre bibliotecas públicas e economia criativa. A análise reforça a necessidade de abordagem ampliada da economia da cultura, que transcenda a visão estritamente comercial e valorize conteúdos simbólicos e manifestações coletivas. Ao evidenciar o papel estratégico das bibliotecas, o trabalho fornece subsídios para que gestores e profissionais reconheçam e implementem ações que fomentem criatividade e desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Contudo, a pesquisa — de cunho teórico-investigativo, abordagem qualitativa e base bibliográfica — enfrentou a escassez de estudos específicos sobre a relação entre bibliotecas públicas e economia criativa nas bases de dados brasileiras consultadas. A revisão sistemática e a leitura sintópica permitiram aprofundar conceitos, mas não incluíram coleta empírica nas bibliotecas de São Luís, o que poderia ampliar a análise de práticas e impactos reais.

Futuras investigações deveriam realizar estudos de campo sobre a implementação e o impacto de práticas da economia criativa em bibliotecas públicas brasileiras, bem como desenvolver metodologias para mensurar seu valor socioeconômico. Há espaço para novos olhares, inclusive de discentes e docentes de Biblioteconomia, revelando um território promissor para pesquisas.

Também se faz necessário investir na formação contínua de bibliotecários como empreendedores culturais e facilitadores da criatividade, suprimindo a lacuna de profissionais qualificados. A pesquisa de modelos inovadores de financiamento e parcerias público-privadas — assim como a análise da eficácia de políticas como as Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo no fomento à participação bibliotecária — representa um caminho relevante.

Por fim, explorar o conceito de “território criativo” em diferentes realidades brasileiras pode aprofundar a compreensão de como as bibliotecas se integram às dinâmicas socioculturais locais para impulsionar o desenvolvimento.

Em suma, as bibliotecas públicas em São Luís dispõem de potencial transformador para atuar como catalisadoras do desenvolvimento local no âmbito da economia criativa, promovendo inovação, inclusão social e valorização do patrimônio cultural. É crucial que esse potencial seja reconhecido e sustentado por políticas públicas eficazes, investimentos em infraestrutura e qualificação profissional, assegurando que tais instituições permaneçam faróis de conhecimento, criatividade e desenvolvimento sustentável para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Emmanuelle Lopes de; DIAS, Pâmela Karolina. Revisão Bibliométrica sobre Economia Criativa em Periódicos Nacionais entre 2008 a 2018. Revista Ciências Administrativas, Fortaleza, v. 27, n. 3, p. 1-14, 28 jan. 2022. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rca/article/view/10412>. Acesso em: 5 maio 2025.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética Do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, c1944. Disponível em: <https://archive.org/details/adorno-theodor-dialetica-do-esclarecimento-livro>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- ARAGÃO, Ivan Rêgo; CARVALHO, Karoliny Diniz. Turismo, Cultura e Memória: estudo sobre dois Patrimônios Culturais da Humanidade no Brasil. Turismo em Análise, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 694-719, dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/79793>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- BANDEIRA, Karolini. Longe da universalização, 63% das escolas não têm bibliotecas para formar leitores. Brasília, DF, O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2025/06/30/longe-da-universalizacao-63percent-das-escolas-nao-tem-bibliotecas-para-formar-leitores.ghtml>. Acesso em: 13 jul.2025.
- BARBOSA, Jéfte Fernando de Amorim; SANTOS, Maria Salett Tauk. Comunicação, economia criativa e desenvolvimento local: a experiência do 'núcleo de comunicação bombando cidadania'. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 61-80, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/WySpwCWZhHsg6KDXgcHQHFr/>. Acesso em: 2 jun. 2025.
- BATISTA, Junaina Júlia Rodrigues. Biblioteca Pública Municipal José Sarney. In: BATISTA, Junaina Júlia Rodrigues. As mídias sociais como estratégia de marketing da Biblioteca Pública Municipal José Sarney: o uso do instagram. 2023. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufma.br/jspui/bitstream/1/301/1/CBBB_2009_CW.pdf. Acesso em: 13 jul. 2025.
- CARVALHO, Conceição de Maria de Belfort de *et al.* Artistic Occupations in the Historical Center of São Luís (Maranhão): implications for the preservation and valorization of the cultural heritage of Maranhão. International Journal for Innovation Education and Research, [Dhaka], v. 9, n. 1, p. 159-171, 2021. Disponível em: <https://scholarsjournal.net/index.php/ijer/article/view/2885>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes; COSTA, Sarany Rodrigues da. Empreendedorismo cultural e turismo: perspectivas para desenvolvimento das indústrias criativas no bairro da Madre Deus, São Luís (Maranhão, Brasil). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 12, n. 2, p. 629-646, maio-ago. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/ksK4JCr4t7XLGT9mSWVQV3P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2025.

COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997. Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Coelho-Dicionario_critico_de_politica_cultural.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

COSTA, Maurício José Moraes *et al.* Bibliotecas Públicas e Turismo Literário: o potencial turístico-literário da Biblioteca Pública Benedito Leite no Complexo Deodoro em São Luís, Maranhão. Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, São Luís, v. 6, n.1, p. 92-108, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/13913>. Acesso em: 26 jun. 2025.

COSTA, Mauricio Jose Moraes; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort. A educação patrimonial como um instrumento de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural e informacional na Biblioteca Pública Benedito Leite de São Luís, Maranhão. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, [São Paulo], v. 15, n.2, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1186>. Acesso em: 4 jul. 2025.

COSTA, Vinícius Dino Fonseca de Castro e. A invenção do centro histórico de São Luís/MA: momentos decisivos. Arquivos do CMD, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 209-226, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/CMD/article/view/22019>. Acesso em: 20 jul. 2025.

CLOSS, Lisiane; OLIVEIRA, Sidinei Rocha de. Economia criativa e territórios usados: um debate baseado nas contribuições de Milton Santos. Cadernos Ebape.Br, [Rio de Janeiro], v. 15, n. 2, p. 349-363, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/tV3J4mY9dfGvqcP7FHcbTSj/?lang=pt#>. Acesso em: 5 jun. 2025.

CUNHA, Patricia. O desafio de preservar São Luís, cidade Patrimônio Mundial da Humanidade. O Imparcial, São Luís, 8 set. 2018. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2018/09/o-desafio-de-preservar-sao-luis-cidade-patrimonio-mundial-da-humanidade/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

DIAS, Amanda Ribeiro; MASSARONI, Iracema Fernandes. Bibliotecas Parque do Rio de Janeiro: espaços em favor da cidadania. [S. l.: s. n.], [ca. 2014]. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/186614>. Acesso em: 18 jul. 2025.

DUARTE, Thayná; SPUDEIT, Daniela. Práticas inovadoras nas bibliotecas escolares em Florianópolis: empreendedorismo cultural em foco. Perspectivas em Ciência da

Informação, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 104–123, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/PZ89RPQgCVwTNdYZ866xmKx/?lang=pt#>. Acesso em: 24 out. 2024.

FADEL, Bárbara *et al.* Gestão, mediação e uso da informação. In: VALENTIM, Marta (org.). Gestão, mediação e uso da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. cap. 1, p. 13-31. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/90421de6-8baa-432b-a994-d06fed7baa2a/content>. Acesso em: 29 maio 2025.

FERREIRA, Juca. Economia da cultura, grandeza e complexidade. Economia da cultura, grandeza e complexidade. Le Monde Diplomatique Brasil, Edição 216, 20 abr. 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/economia-da-cultura-grandeza-e-complexidade/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

FREITAS, André Rodrigues de; MELO, Silas Nogueira de. Patrimônio histórico-cultural: casos e descasos do Centro de São Luís do Maranhão. Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v. 10, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/50234>. Acesso em: 20 jul. 2025.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS (SALVADOR). Diagnóstico do desenvolvimento cultural de Salvador. Salvador: FGM, 2017. 157 p. Disponível em: <https://fgm.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/Diagnostico-do-Desenvolvimento-Cultural-de-Salvador.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

G1 MARANHÃO. Casarões do Centro Histórico de São Luís serão reformados para receber moradores. G1 MA., 6 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/07/06/casaro-es-do-centro-historico-d-e-sao-luis-serao-reformados-para-receber-moradores.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2025.

GIRARD, Carla Daniella Teixeira; FONSECA, Diego Leonardo de Souza.; GAMA, Merabe Carvalho Ferreira da. A Economia Criativa na Biblioteconomia. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, [S. l.], v. 13, n. esp. CBBD, p. 17, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/893/958>. Acesso em: 23 out. 2024.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em: https://leiaarqueologia.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Biblioteca IBGE. [Rio de Janeiro], IBGE, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=3725&view=detalhes>. Acesso em: 14 jul. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Bumba meu boi do Maranhão é Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Brasília, DF, IPHAN, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5499/complexo-cultural-do-bumba-meu-boi-do-maranhao-agora-e-patrimonio-cultural-imaterial-da-humanidade>. Acesso em: 22 jul. 2025.

IFLA; UNESCO. Manifesto da Biblioteca Pública: 2022. [S. l.]: IFLA; UNESCO, 2022. Tradução de: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). Disponível em: <https://repository.ifla.org/rest/api/core/bitstreams/4851ec2e-12af-4ada-8652-a58f85c7d373/content>. Acesso em: 17 jul. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). História - São Luís (MA). Brasília, DF, IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1439/>. Acesso: em 14 jul. 2025.

LEITÃO, Cláudia Sousa. Sonhar mundos e pactuar princípios. In: LEITÃO, Cláudia Sousa (org.). Criatividade e emancipação nas comunidades-rede: contribuições para uma economia criativa brasileira. São Paulo: Itaú Cultural; WMF Martins Fontes, 2023.

LESSA, Bruna; GOMES, Henriette Ferreira. A biblioteca pública como um empório de ideias: evidências do seu lugar na sociedade contemporânea. Informação & Sociedade, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 35-46, abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/30765>. Acesso em: 21 abr. 2025.

LIMA, Daisy Assman. Conceitos Básicos em Economia Criativa. Brasília, DF: ENAP, 2024. E-book. 155 p. Curso desenvolvido no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento Profissional. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/847>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MACHADO, Rosi Marques. Da indústria cultural à economia criativa. Revista Alceu, v. 9, n.18, p. 83-95, 2009. Disponível em: [https://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu%2018_artigo%206%20\(pp83%20a%2095\).pdf](https://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu%2018_artigo%206%20(pp83%20a%2095).pdf). Acesso em: 22 jun. 2025.

MARINHO, Walkir. Prefeito Eduardo Braide entrega Biblioteca Municipal José Sarney totalmente requalificada. São Luís, Hora Extra com Walkir Marinho, 2023. Disponível em: <https://horaextra.slz.br/2023/03/11/bairro-de-fatima-prefeito-eduardo-braide-entrega-biblioteca-municipal-jose-sarney-totalmente-requalificada/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

MARTÍNEZ, Sergi Draper. Apuntes para una visión crítica de las Bibliotecas Humanas dentro de la función social de la biblioteca pública. Bid: textos universitarios de biblioteconomía i documentació, [S. l.], n. 48, p. 1-11, jun. 2022. Edicions de la Universitat de Barcelona. <http://dx.doi.org/10.1344/bid2022.48.18>. Disponível em: <http://fima-docencia.ub.edu:8080/xmlui/handle/123456789/741>. Acesso em: 19 abr. 2025.

MARTINS, Carlos Wellington Soares. Ação cultural na prática bibliotecária para a formação e o desenvolvimento da cidadania: o caso da Biblioteca Pública Municipal José Sarney. *In*: Repositório UFMA, 2008. São Luís: Trabalhos apresentados em eventos [...]. São Luís: UFMA, 2008. p.12. Disponível em: <https://repositorio.ufma.br/jspui/handle/1/301>. Acesso em: 13 jul. 2025.

MEDEIROS, Celina Silveira; TEODORO, Joneson; RABELO, Leiliane Sodré; JULIANI, Jordan Paulesky. Makerspace alternativo em bibliotecas: Sim, é possível ter um espaço maker com pouco investimento. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 26, n. 4, p. 1-18, set./dez. 2021. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1790/pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

MEDEIROS, Zulmira; Ventura, Paulo Cezar Santos. O conceito Cultura Tecnológica e um estudo no meio educacional. Revista Ensaio, Belo Horizonte, v. 9, n.02, p.272-289, jul./ dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/m6bqLmLjNwP3SX5KCG8p6NQ/?format=pdf>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MENEZES, Suelen. Retratos - Cidades brasileiras e Patrimônios da Humanidades. Desafios do desenvolvimento. Brasília, DF, ano 7, ed. 59. 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2320:catid=28. Acesso em: 20 jul. 2025.

LEITE, Francisca Rosaline; OLIVEIRA, Mata Marlene de. Formação e atuação profissional. *In*: OLIVEIRA, Marlene de. (coord.). Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/oliveira-marlene-de-ciencia-da-informacao-e-biblioteconomia-novos-conteudos-e-espaos-de-atuacao-2005-pdf-free.html>. Acesso em: 23 out. 2024.

NASCIMENTO, Aline Carvalho do; AZEVEDO, Ilka Ocirema Fernandes. Biblioteca Pública Benedito Leite: Informação com acessibilidade. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILE, 8., 2014. Anais eletrônicos...São Paulo: FEBAB, 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/318/295>. Acesso em: 4 jul. 2025.

NUNES, Rafael Matos; SOUSA, Ana Claudia Medeiros de. Mediação da informação e mediação cultural: concepções e entrelaçamentos sob a ótica das apropriações e dos protagonismos social e cultural. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, Brasília, Df, v. 16, n. 2, p. 384-401, 15 ago. 2023. Biblioteca Central da UNB. <http://dx.doi.org/10.26512/rici.v16.n2.2023.47048>. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/227178>. Acesso em: 27 maio 2025.

PEREIRA, Marcio Rodrigo da Silva. Praça Deodoro, São Luís MA. Vitruvius, São Luís, ano 20, jun. 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/20.239/7764>. Acesso em: 14 jul. 2025.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. Barracão de bumba meu boi. São Luís, 2023. Disponível em: <https://turismosaoluis.com.br/experiencias/bumba-meu-boi-patrimonio-cultural-do-brasil/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

REPÓRTER MIRANTE (MA). Repórter Mirante mostra detalhes da revitalização realizada no Complexo Deodoro. TV Mirante, São Luís, mar. 2019. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/ma/tvmirante/noticia/reporter-mirante-mostra-detalhes-da-revitalizacao-realizada-no-complexo-deodoro.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2025.

RIBEIRO, Geyza Antônia de Souza; SANTOS, Saulo Ribeiro dos; SANTOS, Protásio César dos. Turismo e Cultura: Percepção dos ludovicenses sobre a identidade cultural da cidade de São Luís (MA). Revista Turismo - Visão e Ação, Camboriú, v. 16, n. 3, p. 509-543, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261056068004>. Acesso em: 21 jul. 2025.

ROCHA, Isaías. Do Cavaco à Fátima: conheça a história de um dos bairros mais antigos e populares de São Luís. São Luís, Blog do Isaías Rocha, 2024. Disponível em: <https://isaiasrocha.com.br/destaque/do-cavaco-a-fatima-conheca-a-historia-de-um-do-s-bairros-mais-antigos-e-populares-de-sao-luis/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

ROSA, Letícia Helena Pereira. Complexo Cultural Bumba-meu-boi: análise da imaterialidade no turismo cultural maranhense. Revista Turismo & Cidades, v. 1, n. 1, p. 3–17, 24 Jun. 2019. Disponível em: <https://periodicoseltronicos.ufma.br/index.php/turismoecidades/article/view/11695>. Acesso em: 8 ago 2025.

SÁ, Paloma Israely Barbosa de. Políticas Públicas para Gestão Cultural em bibliotecas públicas. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 2006. Disponível em: <https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-699/152349.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2025.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1). ISBN 85-314-0713-3. Disponível em: <https://sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2022/08/A-natureza-do-Espaco.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE IGUALDADE RACIAL (MA). Comunidade do Bairro de Fátima dá início à luta pelo reconhecimento como quilombo urbano na expectativa de acesso facilitado a políticas públicas. São Luís: SEIR, 2023. Disponível em:

<https://igualdaderacial.ma.gov.br/noticias/comunidade-do-bairro-de-fatima-da-inicio-a-luta-pelo-reconhecimento-como-quilombo-urbano-na-expectativa-de-acesso-facilitado-a-politicas-publicas#:~:text=Localizado%20próximo%20ao%20Centro%20à,Destacam-se%20clubes%20de%20reggae.&text=A%20Fundação%20Palmares%2C%20por%20meio,voltadas%20especificamente%20para%20a%20comunidade>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SERRA, Neusa.; FERNANDEZ, Rafael Saad. Economia criativa: da discussão do conceito à formulação de políticas públicas. Revista de Administração e Inovação, [S. l.], v. 11, n.4, p.355-372, out./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rai/article/view/110253>. Acesso em: 24 out. 2024.

SILVA, João Ricardo Costa. O processo de patrimonialização do centro antigo de São Luís: práticas patrimoniais desenvolvidas pelo poder público. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. [Anais eletrônicos] [...]. Fortaleza: [s. n.], 2009. p. 1-10. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005_25e27ec30e403da4024867098fe3b72d.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

SOUZA, Ana Maria da Costa; ANDRADE, Mariangela Ferreira. Estudo do valor social das bibliotecas públicas no Brasil - 2022. Brasília, DF: MinC, 2023. *E-book*. Disponível em: http://snbp.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/44/2024/01/Estudo-de-Valor_divulgacao.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

SPINUCCI, Giovanni. Bordados do bumba meu boi dão encanto às festas juninas no MA. São Luís, G1 Maranhão, jun. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/sao-joao/2014/noticia/2014/06/bordados-do-bumba-meu-boi-dao-encanto-festas-juninas-no-ma.html>. Acesso em: 14 jul. 2025.

UNDP; UNESCO. Creative economy report: widening local development pathways. Special Edition. New York; Paris: United Nations/UNDP/UNESCO, 2013. Disponível em: https://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/2013-creative-economy-report-widening-local-development-pathways-en_1.pdf. Acesso em: 3 jun. 2025.

UNESCO. Historic Centre of São Luís. [S. l.], c2025. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/821/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

UNESCO. The Criteria for Selection. [S. l.], c2025. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/criteria>. Acesso em: 26 jun. 2025.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. O perfil das bibliotecas contemporâneas. In: Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas. Brasília, DF: Ipea, 2016. cap. 1, p. 19-42. Disponível em: <https://cdi.mecon.gob.ar/bases/docelec/az3370.pdf>. Acesso em: 25 maio 2025.

WALL, Marluce; BRAGA, Ingrid. Indicador para Avaliação do Estado de Conservação de Sítios Urbanos Patrimoniais: o caso de São Luís do Maranhão. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM